Fome

uma (re)leitura de Josué de Castro

Rosana Magalhães

FOME

Uma (Re)Leitura de Josué de Castro

Rosana Magalhães

EDITORA
FIOCRUZ

FOME

UMA (RE)LEITURA DE JOSUÉ DE CASTRO

FOME

UMA (RE)LEITURA DE JOSUÉ DE CASTRO

ROSANA MAGALHÃES

EDITORA
FIOCRUZ

ISBN: 85-85676-35-3

Projeto Gráfico e Editoração Eletrônica:
Mara Lemos
Capa:
Mara Lemos e Roberto Moreira
Fotos da capa:
Peter Iliccievs e Jorge Carvalho
Copidesque:
M. Cecilia Moreira
Revisão:
Cláudia Cristiane Lessa Dias
Supervisão Editorial:
Walter Duarte
Supervisão Gráfica:
Davi Henrique de Lima

Catalogação-na-fonte
Centro de Informação Científica e Tecnológica
Biblioteca Lincoln de Freitas Filho

M188f   Magalhães, Rosana
Fome: uma (re)leitura de Josué de Castro/Rosana Magalhães.
– Rio de Janeiro: FIOCRUZ, 1997.
92p.

1. Fome. 2. Castro, Josué de 1908-1973. 3. Direitos civis

CDD. - 20. ed. - 363.8

1997
EDITORA FIOCRUZ
Rua Leopoldo Bulhões, 1480, Térreo – Manguinhos
21041-210 – Rio de Janeiro – RJ
Tel.: 590-3789 ramal 2009
Fax.: (021) 280-8194

SUMÁRIO

PREFÁCIO

As ciências sociais dentro do campo da saúde coletiva vêm sofrendo um forte impacto dos novos tempos políticos, o que, dentre outras aspectos, tem servido para enriquecer o debate acadêmico. Efeitos positivos podem ser sentidos quer pelo desdobramento das temáticas, quer a partir da pluralidade de perspectivas teóricas utilizadas. Atualmente são inúmeras as possibilidades de desenvolvimento do campo da saúde coletiva pelo viés das ciências sociais, no que diz respeito à ausência de compromisso com esquemas analíticos envelhecidos, rígidos e ortodoxos.

Nessa perspectiva, pode-se pensar em novas abordagens para velhos e conhecidos problemas ou, ao contrário, na introdução salutar de novos objetos que acabem por desafiar os quadros analíticos clássicos.

O livro *Fome: uma re(leitura) de Josué de Castro*, sem dúvida, apresenta uma abordagem original no âmbito da saúde coletiva diante de problemas antigos e importantes para a sociedade brasileira e, em particular, para os profissionais do campo: a questão da fome.

O tema, como se sabe, retornou com força ao cenário político do País, graças ao carisma do sociólogo Herbert de Souza e de sua inquestionável capacidade de mobilizar os diferentes setores da sociedade civil. *Betinho*, como o sociólogo é conhecido, e *A Ação da Cidadania contra a Fome, a Miséria e pela Vida* representam a autonomia ético-criativa da sociedade brasileira. Por isso evidenciam deformações e perversidades das políticas públicas e o papel fundamental das grandes lideranças no equacionamento dos temas sociais.

Uma das qualidades do livro da professora Rosana Magalhães é a de ter relacionado a emergência da fome na agenda pública dos anos 40 à militância de um notável intelectual brasileiro: Josué de Castro.

A abordagem da autora é, nesse sentido, bastante inovadora. Aceita o desafio de tomar a obra de Josué de Castro, o debate com o saber e a conjuntura política, reconstruindo a fome como objeto de investigação e enquanto tema prioritário da agenda política. Ou seja, demonstra com rigor que a fome, quer como objeto de pesquisa, quer como tema de debate da cidadania brasileira, é inseparável da obra, do pensamento e da militância de Josué de Castro.

A questão metodológica central do livro é construída em torno da pergunta: como entender a obra de Josué de Castro? É possível compreendê-la sem fazer refe-

rência ao sujeito/autor e, portanto, sem que se leve em conta o fato de expressar um ponto de vista determinado?

Entretanto, como cuidadosamente aponta Rosana Magalhães, "um discurso não remete somente a um autor enquanto dono absoluto de seu sentido, ele representa um diálogo com outros conceitos, temas, autores e encontra-se assim inscrito em um horizonte social".

Desse modo, o caminho metodológico aqui proposto corre um duplo perigo. Por um lado, arrisca-se a circunscrever o significado da obra a um único sentido "autorizado" pelo autor, sentido esse que cumpre ser resgatado e exibido como "a verdade" extraída da obra. Por outro lado, há o perigo oposto de construir, ou melhor, reconstruir, muito a gosto dos estruturalistas de diversas matizes, um discurso sem sujeito. Ora, nesse enfoque o texto seria uma construção anônima, enfim, uma construção sem referência a uma consciência, a uma subjetividade.

Além de lidar muito bem com essa tensão, Rosana Magalhães chama a atenção para um outro problema metodológico. Trata-se, agora, de assumir que a obra (ou o discurso) não é absolutamente transparente ao leitor. Não há como garantir uma visão objetiva do pensamento e da obra de Josué de Castro, por sinal vastíssima e que se espalha por quatro décadas da história político-social do País. Nesse sentido, a autora deixa claro que o caminho de análise privilegiado é apenas uma das alternativas possíveis. Outros autores/leitores, provavelmente, escolheriam caminhos diversos. Como diz Claude Lefort, "o enigma da obra, seu trabalho, está em existir simultaneamente no texto do escritor e nos textos dos seus leitores no campo constituído por eles e no debate fecundo e interminável que aí se institui". (Lefort apud Chauí, A *Invenção Democrática*, 2.ed. São Paulo: Brasiliense, 1987, p.13)

A inovação é aqui mais uma vez bem-vinda. Preserva-se a autonomia do leitor/autor e sua capacidade de recriar ou de criar junto, de ser, enfim, parceiro do autor.

Convido os leitores, agora, a percorrer o livro e, juntos, como autores/interrogadores, a procurar novos sentidos e novos caminhos.

Regina Cele de A. Bodstein

Departamento de Ciências Sociais
Escola Nacional de Saúde Pública/Fiocruz

APRESENTAÇÃO

A experiência como docente em cursos de graduação em nutrição e nutricionista em um Centro Municipal de Saúde permitiu a aproximação com duas questões fundamentais. A primeira diz respeito à natureza do papel do educador na área de nutrição. Na verdade, a delimitação do nosso objeto e do perfil do profissional formado é extremamente complexa. A reprodução de um saber fragmentado, e que não responde às necessidades e exigências inerentes aos processos nutricionais de maior relevância no País, impõe sérios limites ao estudo do problema alimentar dentro de uma visão mais ampla de saúde.

A segunda questão insere-se longe do espaço acadêmico, em que, em geral, os imprevistos e conflitos reais são amortecidos. O espaço de um serviço de saúde estabelece cotidianamente o confronto entre uma técnica biologicista, reducionista e a experiência concreta de vida das pessoas. Ao contrário de nós, técnicos de alimentação, a população não estabelece uma dissociação clara entre o que come e como trabalha, como mora, que acesso tem ao lazer. A alimentação diária das crianças, dos trabalhadores, enfim, a maneira de preparar e classificar os alimentos, para cada momento de vida, concretiza-se dentro de uma lógica adequada a uma determinada experiência social.

Essa experiência mostra, claramente, a impossibilidade de adquirir alimentos em quantidade e qualidade que atendam às suas necessidades mínimas. Ao mesmo tempo, esse quadro estimula pesquisas de alimentos de baixo custo. Ou seja, na medida em que a orientação para o consumo de ovos, carne, leite torna-se, no mínimo, desconcertante, quando voltada para uma população alijada do consumo dos bens e serviços básicos, afloram esquemas alternativos. O uso de casca de ovo, de pregos para aproveitamento do ferro, de cascas de frutas e de outros exemplos "nutritivos e baratos" é, freqüentemente, estimulado na alimentação.

A necessidade de refletir sobre o que representa o saber instituído como linguagem científica e legítima sobre a alimentação torna-se, assim, fundamental. Ou seja, não será de fome que falamos? E o que é fome? Que formas de compreensão sobre a fome vêm predominando historicamente? Em que medida a fome se mantém como objeto de discussão e se articula dentro do campo da saúde?

Sem dúvida, uma ampla lista de desdobramentos poderia ser criada aqui, em atendimento às dúvidas em relação à questão da fome. No entanto, não seria

possível esgotá-las e nem mesmo encontrar respostas para algumas delas. Assim, o esforço realizado neste livro será o de resgatar as próprias formas de abordagem sobre a fome. Mais ainda, buscar entender a fome em sua existência histórica como objeto, do qual em determinado momento pode-se falar e instituir práticas.

A obra de Josué de Castro sistematiza um discurso sobre a fome, a partir dos anos 30 e nas três décadas seguintes no Brasil. O seu pensamento ganha espaço nacional e internacional e representa não só uma visão da fome mas também uma visão da saúde e da sociedade de uma determinada época.

Ao demarcar a fome como objeto de análise, o escritor confronta-se com uma das questões centrais da produção científica no campo: a articulação entre o biológico e o social. É transcendendo a dimensão individual e alcançando o movimento mais amplo da sociedade que Josué de Castro constrói, nos seus textos, o significado do conceito de fome.

Estabelece-se, assim, na obra, uma íntima relação entre a fome, enquanto fenômeno biossocial, e o debate econômico, ideológico e político travado em um determinado contexto social O surgimento de uma questão prioritária, que se deva compreender, supõe mudanças sociais que alargam horizontes, criam expectativas e preocupações novas. Neste sentido, é importante entender a relação do texto com seu momento histórico, que não se coloca imediatamente, mecanicamente. A obra não é reflexo das condições sociais em que é produzida, tampouco uma expressão absolutamente autônoma. A obra interage com a realidade em um processo dinâmico e contraditório em que se desenvolvem lutas, confrontos e resistências.

Nesse sentido, são priorizadas, dentro da vastíssima produção intelectual do autor, as obras que marcam o processo de construção-reconstrução do conceito de fome. São momentos do pensamento assumidos aqui como sínteses no movimento de sistematização do discurso. Os textos escolhidos também assinalam redefinições em relação aos temas propostos, ou seja, representam, em algum nível, mudanças na articulação da fome com a questão da nação, do desenvolvimento e da ciência. Além disso, representam recortes temporais que, se por vezes refletem períodos marcantes dentro do próprio contexto social, dão uma cronologia própria à obra. Assim, a produção de Josué de Castro será analisada em duas fases: a primeira – compreendida entre os primeiros escritos na década de 30 e a publicação do livro *Geografia da Fome*, em 1946 – é marcada pela intenção de lançar as bases científicas para o estudo da fome no País. Nessa fase, há a descrição do problema em sua dimensão fisiológica e em sua dinâmica como questão social, na medida em que, para o escritor, a fome atinge de modo intenso e cotidiano a maioria dos trabalhadores brasileiros, repercutindo, dessa forma, no perfil mais amplo da sociedade.

A segunda fase – no final da década de 40 e até seus últimos escritos no início dos anos 70 – representa uma crescente incorporação do pensamento social e econômico na obra, compondo, assim, uma vigorosa interpretação da fome articulada

ao processo de desenvolvimento do País. Ao mesmo tempo que o período assinala redefinições importantes, há também a convivência com perspectivas presentes em suas formulações anteriores.

Em síntese, este é o caminho adotado pelo presente estudo sobre a produção intelectual de Josué de Castro. A perspectiva, no entanto, não é a de buscar a verdade última acerca dos textos do autor. Fundamental é clarear uma tomada de posição perante a obra, que sinaliza um caminho e possibilita um debate – principal pretensão deste livro – em torno de um pensamento marcante no estudo da fome, tanto no no cenário nacional quanto no internacional.

1.

(RE)LENDO JOSUÉ DE CASTRO

Inicialmente, cabe enfatizar que são poucos os trabalhos que tomam o pensamento de Josué de Castro como objeto de reflexão. No Brasil, embora na maioria dos estudos a respeito dos processos de consolidação de políticas de alimentação e nutrição, bem como do campo da ciência da nutrição, esteja presente a referência ao autor, pode-se dizer que são, ainda, tímidos os esforços de sistematização da sua obra. Foi encontrada apenas uma interpretação mais densa, sob o ponto de vista teórico. Todavia, no ensaio do autor italiano Giuseppe di Taranto intitulado *Societá ed Sottosviluppo nell' Opera di Josué de Castro* (1982).[1]

No entanto, a consulta à produção que, de alguma forma, analisa o pensamento do escritor, suscitou questões nucleares para a investigação.[2] Sem pretender realizar, no entanto, uma exaustiva crítica das "leituras" de Josué de Castro, foi possível extrair, na bibliografia revista, um consenso em torno da visão da obra como um marco no processo de compreensão da fome.

Assim, para Coimbra (1982:144), em sua investigação sobre a história da alimentação escolar no Brasil: "Foi Josué de Castro que criou quase como obra pessoal um conjunto amplo de instituições de política de alimentação, sendo impossível compreendê-las sem referência a sua inspiração, suas idiossincrasias, seus potenciais e suas limitações."

Natal (1982:144) reforça esta perspectiva:

> *Creio mesmo que Josué de Castro constitui a grande matriz para se pensar a problemática alimentar nutricional (...) Publicou inúmeros trabalhos sobre o tema e tal era a força de seu pensamento-interpretação que acabou por se constituir no primeiro dirigente latino-americano da FAO no pós-guerra. Tal fato – indubitavelmente – atesta não só o peso do debate sobre o tema no Brasil como a respeitabilidade da interpretação do autor no Brasil e no mundo.*

---

1 Dentre os principais estudos da obra, podem-se citar: Taranto (1982), Castro, A. M. (1984), Minayo (1985), Labra (1988); Linhares (1980) e Tobelem (1974).

2 "Se a interpretação parte da possibilidade de uma autêntica interpretação do texto, mas ao mesmo tempo concebe toda interpretação do texto como forma histórica de sua existência, a crítica das interpretações precedentes torna-se parte fundamental da própria interpretação" (Kosik, 1986:142).

Em outro estudo sobre as políticas públicas no campo da alimentação e nutrição, L'Abbate (1982:2) indica, também, a íntima relação entre o surgimento destas políticas e a obra de Josué de Castro.

> *No Brasil, a política social e a produção de conhecimento técnico-científico em alimentação e nutrição constituem processos estreitamente relacionados, que emergem num mesmo momento (...) tanto em relação ao saber como a prática política, o grupo de intelectuais da nutrição atua e se projeta por intermédio de Josué de Castro.*

Sublinhando a visão dos escritos do autor como ponto de partida para o estudo do problema alimentar no País, é forçoso citar Silva (1979):

> *Do início do século até a Segunda Guerra Mundial, pouca coisa se escreveu sobre desnutrição no Brasil. O primeiro trabalho que utiliza procedimentos aparentemente mais apropriados, se bem que parcialmente explícitos, foi realizado por Josué de Castro, em 1932.*

Em suma, fica clara a unanimidade quanto à importância da obra, tornando-se mesmo imperativo para pesquisadores, que se debruçam sobre a questão alimentar, introduzir, em algum nível, uma reflexão sobre os escritos de Josué de Castro. No entanto, ainda que se possa observar um consenso em torno da relevância do seu pensamento para a constituição de um saber científico sobre alimentação e nutrição no Brasil, o exame das diferentes interpretações mostra uma diversidade em torno das influências teórico-metodológicas na produção intelectual do escritor. Tais análises, ao buscarem os eixos de articulação do pensamento e os pontos de contato com esquemas teóricos, revelam tendências distintas subjacentes à obra.

Para Natal, a fome em Josué de Castro é uma construção orientada pelo paradigma da causação circular da doença, baseado, principalmente, nas idéias do economista Myrdall (1960). Ou seja, a fome impediria o aumento da produtividade do trabalho, dada a pouca capacidade física do trabalhador e, a partir daí, o desenvolvimento econômico é obstruído, acarretando baixos salários, menos riqueza e, assim, num movimento circular, aumentando a fome.

A visão do círculo vicioso da pobreza influenciou extremamente a abordagem dos sanitaristas brasileiros nos anos 50. Como assinala Braga (1978), esse movimento circular adquiriu, inicialmente, o "sentido doença-pobreza", ou seja, a doença traria a queda da produtividade, conseqüentemente, a miséria e a desnutrição. Posteriormente, a discussão percorreu o trajeto inverso, com ênfase no desenvolvimento econômico como condição para o alcance da saúde e do bem-estar.

Para Natal (1982:61), Josué de Castro, portanto, estaria vinculado a esta visão circular:

> *Para Castro (...) o que há é uma baixíssima produtividade que funciona como empecilho para a subida dos salários, da melhoria das condições de vida e de novo da produtividade. Assim, Josué de Castro acaba por recuperar o 'velho círculo vicioso' da miséria embora numa perspectiva anti-malthusiana.*

E, mais adiante, conclui: "sua tese central é a de que o desenvolvimento equivale à sociedade abundante com melhora das condições materiais de vida de todos" (Ibid., p.66).

O estudo de Silva analisa a teoria do círculo vicioso da pobreza como uma das tendências explicativas da desnutrição ao longo do tempo. Essa tendência, segundo a pesquisadora, caracteriza-se "pelo modo de pensar as relações que a desnutrição mantém com o desenvolvimento, que é fundamentalmente identificado com o crescimento econômico do País" (1979:84). Como exemplo desta corrente, refere-se a um trecho do relatório do Brasil apresentado à III Conferência Latino-Americana de Nutrição, realizada em 1953, e que conta com a participação de Josué de Castro.[3]

> *O desenvolvimento econômico insuficiente do País e sua própria evolução são as principais causas da subnutrição generalizada, contribuindo, por sua vez, à subnutrição para a intensificação da crise econômica (...) O círculo vicioso forjado pelo binômio subnutrição e subprodução, evidentemente é um dos mais sérios fatores a estrangular as aspirações e iniciativas de progresso e elevação do povo.*
> (Castro, 1979:84)

O trecho citado, para Silva, evidencia a filiação do escritor à teoria do círculo vicioso da pobreza. Esta influência teórica, ainda segundo a autora, poderia até mesmo constituir impedimento para melhor compreender o fenômeno.

> *A teoria é questionável sob muitos aspectos. Do lado da nutrição-produtividade, a transposição do que ocorre ao nível do indivíduo para o País como um todo é mecânica e não necessariamente corresponde à realidade de um país como o Brasil (...) Do lado do crescimento econômico-nutrição, basta a prova de que a teoria foi submetida na economia brasileira para demonstrar sua falsidade.*
> (Silva:1979:87)

3 Silva (1979) ressalta, ainda, que o Plano Nacional de Alimentação contido neste relatório foi elaborado pela Comissão Nacional de Alimentação presidida por Josué de Castro.

Por outro lado, reduzir a elaboração do problema da fome em Josué de Castro a essa perspectiva economicista é que pode configurar um problema, como analisa L'Abbate (1982:32):

> *(...) é necessário fazer a seguinte ressalva: o uso da expressão círculo vicioso na obra de Josué de Castro tem na nossa opinião o objetivo de enfatizar a relação entre o biológico e o social, dentro de um conjunto de explicações nas quais há um nítido privilegiamento do social no sentido de que se deve buscar a origem da situação alimentar na população (...)*

A pesquisadora sugere que a visão do subdesenvolvimento na obra não se restringe à dimensão econômica e aponta outros desdobramentos importantes:

> *(...) o que se pode discutir é a maneira como conceituava 'subdesenvolvimento' mais do que a teoria do círculo vicioso de pobreza na qual – com a ressalva colocada acima – se inspirou – (...) é no dualismo estrutural que Castro busca a explicação fundamental para o subdesenvolvimento, pois existem 'dois Brasis' e eles se originam da divisão do sistema latifundiário em duas vertentes: 'o do norte praticamente feudal e o do sul, capitalista' marchando para a fase de industrialização.* (Ibid., p.32)[4]

Além disso, a produtividade e o crescimento econômico não seriam as questões mais importantes na abordagem do desenvolvimento presente nos textos do escritor: "a luta contra a fome se torna praticamente um problema ético; o homem não deve passar fome porque é humano e não apenas porque produz" (Ibid., p.33)

O estudo de Taranto que, entre os trabalhos consultados, busca uma "sistematização doutrinária" da obra de Josué de Castro,[5] aponta, também, a presença de uma diversidade de influências teóricas na relação que o autor estabelece entre fome e processo de desenvolvimento econômico-social.

Em primeiro lugar, sobressai a influência da interpretação de Vidal de La Blache, geógrafo francês de grande difusão nos anos 20, na construção da fome como objeto de investigação. Este teórico afasta-se da visão determinista, que atribui ao meio natural o poder de impor os limites e as potencialidades da vida humana.[6] Como ressalta Taranto (1982:27), para o geógrafo, haveria uma interação mútua

---

4 L'Abbate extrai parte de suas colocações do livro de Josué de Castro *Sete Palmos de Terra e Um Caixão*, p.165.

5 "O objetivo deste trabalho é dar sistematização doutrinária à obra de Josué de Castro" (Taranto, 1982:1).

6 A corrente determinista à qual Vidal de La Blache iria se opor foi a que dominou a geografia, no final do século XIX e início do século XX, na Alemanha, e que teve, em Friedrich Ratzel, um de seus maiores autores.

entre os dados físicos e o homem: "Vidal de La Blache considerava o mundo animal e vegetal o resultado da ação e da reação do homem e o ambiente físico: o clima e o solo".

A aproximação com a geografia lablachiana ilumina a concepção da fome como expressão da relação entre o biológico e o social. Assim, na tentativa de explicitar as conexões entre a dimensão fisiológica da nutrição humana e as características da organização social, Josué de Castro relaciona a fome ao processo de desenvolvimento do País.

Para Taranto, os problemas da economia nacional ganham lugar privilegiado na análise de Josué de Castro que se associa, por vezes, a matrizes de pensamento distintas. A noção de produtividade, como ponto de estrangulamento, está presente mas não resume o debate travado pelo escritor. Como outra influência importante, Taranto ressalta o dual-estruturalismo e as propostas da Cepal – Comissão Econômica para a América Latina – nos anos 50: "Castro compartilha a interpretação e a sugestão da Cepal acerca da industrialização, da necessidade de mudar a relação centro-periferia, do planejamento econômico e da criação de um mercado como o latino-americano" (Ibid., p.49).

Taranto chama a atenção, também, para a presença de algumas teses oriundas da interpretação marxista da questão do subdesenvolvimento, embora isto não leve o autor a associar Josué de Castro ao paradigma marxista. A visão do imperialismo, do desenvolvimento como um processo cíclico nos países dominados, a crítica às elites, alternando o controle econômico e, também, a reforma agrária, como condição básica para romper com o atraso no setor agrícola, foram alguns dos pontos compartilhados com as análises marxistas.

Não obstante, seu pensamento, como demonstra Taranto, seria marcado de maneira mais ampla pelo chamado catolicismo social, que postula a necessidade de subordinar a economia às necessidades humanas. Tal enfoque corresponde à perspectiva da transformação integral do ser humano que, em última análise, significa a transposição da era do homem econômico para a era do homem social. A afinidade com esta corrente, expressa na *Encíclica Quadragésimo Anno de Pio XI* e orientada por uma forte tendência humanista, teria como conseqüência, segundo Taranto, uma visão pouco pragmática dessa questão: "A solução do problema nasce da observação empírica (...) mas o remédio que propõe prende-se excessivamente a uma perspectiva idealística-filosófica senão evanescente, pouco adaptada ao contexto social" (Ibid., p. 36).

A partir deste esforço de síntese das tendências de interpretação até aqui apontadas, é possível perceber que, para alguns autores, há um núcleo muito claro e coeso no pensamento de Josué de Castro, como nos estudos que demonstram sua identificação à teoria do círculo vicioso da pobreza. Por outro lado, em outros, percebe-se um leque maior de tendências teóricas, algumas inclusive contraditórias.

No entanto, é importante lembrar que as interpretações utilizadas aqui representam esforços diferenciados de análise do pensamento do escritor. Este fato, certamente, interfere na percepção de cada um destes teóricos quanto à identificação do movimento mais amplo da obra. Apesar desta evidência, porém, fica clara a complexidade da tarefa de captar "de que falava o autor", não só em relação ao tema nuclear da fome, como também no que se refere ao diálogo estabelecido com outros estudiosos.

A citação de Andrade (1984) exemplifica bem esta última questão:

> *Analisando-se a evolução do pensamento geográfico do Brasil, observa-se que Josué de Castro, mantendo-se um pouco à margem da comunidade de geógrafos, não foi um adepto da geografia lablachiana, da escola clássica francesa que aqui dominava nas décadas de quarenta e cinqüenta (...) A sua linha de pensamento era outra, oriunda da problemática brasileira, através de caminhos não geográficos, mas que conduziam à geografia, sobretudo em suas formulações metodológicas e epistemológicas atuais.*[7]

É clara a divergência entre as interpretações de Taranto e Andrade, no que se refere à influência do pensamento de La Blache na obra de Josué de Castro. Este fato, bem como as demais discordâncias entre as interpretações citadas, suscitam algumas questões importantes que merecem ser aprofundadas.

A primeira delas diz respeito à possibilidade de, uma vez reconhecidos o impacto e a relevância de uma obra, extrair de sua leitura um sentido (e apenas um) irrefutável e perene. O investimento desigual no estudo de todas as publicações de um autor, poderia, dessa forma, explicar as diferentes conclusões obtidas e, conseqüentemente, quanto mais completa a leitura da obra, mais verdadeira seria a aproximação com seu significado. A intenção do autor seria, portanto, facilmente identificada pelo leitor mais atento.

No entanto, até mesmo análises que apresentam mesmo nível de profundidade e abrangência seguem cristalizando sentidos diferentes. O projeto de um consenso em relação à obra parece se esgotar no reconhecimento de sua força como matriz teórica no campo do saber sobre fome.

Outro aspecto importante revelado, a partir dessas leituras, é a tendência a interpretar a obra como unidade homogênea, uniforme. Nesta visão continuísta, a produção intelectual de Josué de Castro aparece como um progressivo aprofundamento teórico-metodológico em torno da questão da fome, sem rupturas ou mo-

---

7 Trecho extraído do livro *Fome, um Tema Proibido*, organizado por A. M. Castro (1984:149). Manuel Correia de Andrade é geógrafo, com pós-graduação em Geografia na Universidade Federal do Rio de Janeiro e em Planejamento Regional pela Universidade de Paris, tem mais de 50 livros publicados sobre o tema. Ver: *Caminhos e Descaminhos da Geografia* (1989).

mentos de redefinição. Neste percurso, o que é considerado como o pensamento do autor em sua totalidade pode compreender, na verdade, um recorte, ou seja, a ênfase em um aspecto específico que, em si, já é uma interpretação, embora não explicitada.

Dentre os trabalhos consultados, o estudo de Coimbra (1982:198) é um contra-exemplo da tendência apontada acima. Nele, o autor evidencia a presença de transformações na trajetória da obra, apesar de não aprofundá-las:

> *A 'matriz Josué de Castro' da política brasileira de alimentação (...) é muito mais coerente com o lado 'desenvolvimentista' do que com a vertente tipicamente 'populista' do sistema político da República de 45 (...) É uma ironia da história, porém, que Josué de Castro estivesse em alta exatamente nas fases mais claramente populistas como no final do primeiro e durante o segundo Governo Vargas, e tivesse sido punido quando, após 64, um desenvolvimentismo autoritário e modernizante chega ao poder. Isto em parte decorre de seus próprios deslocamentos ideológicos ao longo da década de cinqüenta, quando ao desenvolvimentismo se agrega um forte componente nacionalista e reformista, coisa que os novos tempos iriam tolerar com dificuldade.*

Este trecho assinala uma descontinuidade importante e, ao mesmo tempo, sugere algumas indagações, principalmente, em torno da possibilidade de identificar possíveis rupturas no pensamento de Josué de Castro. Em vista disso, cabe perguntar: como é possível analisar estas mudanças? Existiria uma estrutura básica na obra a partir da qual se tornariam compreensíveis os diversos textos que a compõem? As reorientações teóricas nos escritos de um autor representariam incoerência, pouca maturidade, algo que devesse ser valorizado ou excluído da interpretação?

Finalmente, perpassa todos os estudos sobre Josué de Castro a revelação da dinâmica de interação entre a obra e o contexto social em que é produzida. Com efeito, o pensamento do autor ilumina o processo de interlocução com os temas e intérpretes de seu tempo. Neste sentido, é necessário aprofundar a relação da obra com as exigências políticas, econômicas e sociais do seu momento histórico, embora imediatamente surja como problema a extensão da produção intelectual do escritor. Como foi observado anteriormente, esta produção, composta de mais de duzentos títulos, inicia-se nos anos 30 e atinge a década de 60, sendo que, a rigor, até o ano de sua morte – 1973 – o escritor continua a publicar, sobretudo sob a forma de ensaios e periódicos científicos. Desta forma, como proceder à periodização e recorte da obra? Será necessário incluir os escritos do autor em toda sua extensão?

Na tentativa de esclarecer estas questões, foi importante realizar uma aproximação com o debate travado em torno desse campo de pesquisa, qual seja, o da história do pensamento, a partir do discurso produzido pelo autor. Assim, como questão central extraída da reflexão sobre as interpretações do pensamento de Josué

de Castro, destaca-se a multiplicidade de sentidos que podem ser atribuídos a um mesmo texto e, como desdobramento, a necessidade de esclarecer as possibilidades de uma interpretação mais objetiva da obra.

Para iluminar a discussão, sem no entanto pretender esgotar o debate, que pode ser articulado à dimensão filosófica da noção de verdade e da relação sujeito-objeto, a opção foi buscar uma síntese da discussão no campo da pesquisa histórica e da análise do discurso.[8]

Neste percurso surge como primeiro ponto importante a historicidade do discurso e da interpretação. Um discurso não remete somente a um autor enquanto dono absoluto do sentido da sua obra, ele representa um diálogo com outros conceitos, temas, autores e encontra-se, assim, inscrito em um horizonte social (Bakhtin, 1988).[9] É, através da interação entre o que é dito e o seu momento histórico, que o significado é construído. Este significado traduz-se, porém, como algo dinâmico, continuamente reorientado, embora possa ser transformado em um sentido "oficial". Como enfatiza Orlandi (1988:85):

> *(...) de um lado, dada a relação do discurso com sua exterioridade, ou seja, com a situação (se enunciação e histórico-social) os sentidos são múltiplos, há variação, de outro lado, dada essa mesma relação, há a sedimentação histórica dos sentidos, sua legitimação em termos institucionais, seu uso regulado.*

O discurso, como prática histórica, assume, portanto, diferentes sentidos, derivados do próprio processo de interpretação. Este processo representa a própria "concretização" da obra, como avalia Kosik (1986:128):

> *Durante a composição da obra o autor não pode prever todas as variantes de significados e de interpretação a que a obra será submetida no curso de sua ação. Mas, por outro lado, são sempre aparentes a autonomia e o desvio da obra das intenções do autor; a obra é uma obra e vive como obra exatamente porque exige uma interpretação e cria vários significados.*

É no aprofundamento desta visão de autonomia relativa tanto do autor quanto das leituras do texto que se deve compreender a discussão da possibilidade de uma interpretação objetiva. Ao contrário de um movimento linear, em busca de uma composição homogênea e coesa, representando a verdade absoluta sobre a intenção do

---

8 Sobre a análise de discurso, ver a excelente discussão de Minayo (1989), em sua tese de Doutorado.

9 Para Bakhtin (1988:112): "Na maior parte dos casos é preciso supor (...) um certo horizonte social definido e estabelecido que determina a criação ideológica do grupo social e da época a que pertencemos, um horizonte contemporâneo da nossa literatura, da nossa ciência, da nossa moral, do nosso direito".

autor, é necessário perceber outra dimensão do que seja uma aproximação objetiva da obra. O encontro da "estrutura significativa" do texto não é o ponto de partida, mas o resultado da pesquisa. Enquanto resultado, o essencial de uma obra é captado através de um ponto de vista teórico, assumido pelo pesquisador, com o propósito de equacionar os problemas que se colocam para ele na atualidade.

Assim, interpretar um texto envolve amadurecer a própria dimensão histórica do processo de leitura; implica reconhecer que o leitor lê de um lugar determinado e este movimento faz parte da significação. Dessa forma, ele tem um papel ativo, recortando períodos, privilegiando ou omitindo trechos, a partir das perguntas que faz à obra. Esta compreensão da relação entre o pesquisador e a obra representa uma exigência metodológica, dentro de uma análise dialética do discurso e afasta-se tanto da visão positivista quanto da concepção idealista do processo de conhecimento. Schaff (1987:101) resume estas duas tendências no campo da história:

> *Trata-se, por um lado, do positivismo que atesta que o conhecimento histórico é possível como reflexo fiel, puro de todo o fator subjetivo, dos fatos do passado: por outro lado, do presentismo, variante atualmente mais em voga do relativismo subjetivista, que nega que um tal conhecimento seja possível e considera a história como uma projeção do pensamento e dos interesses presentes sobre o passado.*

Para Schaff, o presentismo representa uma ruptura com os pressupostos principais do positivismo – independência entre sujeito e objeto do conhecimento e a possibilidade de extrair a história dos fatos de uma forma contemplativa, passiva. Mas, ao contestar a perspectiva positivista, esta corrente teórica acaba por negar a existência de um processo histórico objetivo. A história e, em contrapartida, o fato histórico transformam-se numa elaboração de cada pesquisador, unicamente a partir de seus interesses e necessidades. No que tange à análise da obra, significaria pensar que cada leitor teria uma interpretação igualmente válida e não existiria nenhum critério para definir a perspectiva em que cada uma das análises é realizada.

A crítica às duas abordagens citadas em torno da questão histórica e, especialmente, da análise do discurso alcançou extremo vigor, sobretudo nos autores filiados ao movimento "estruturalista", hegemônico a partir dos anos 60. Enfatizando a visão da palavra como objeto do conhecimento das ideologias, a abordagem estruturalista opôs-se à visão empiricista do discurso. Ou seja, viu como insustentável a origem do texto a partir de um sujeito individual e privilegiou as condições de produção do discurso.

Aprofundando a questão da possibilidade de uma análise objetiva da obra, alguns autores filiados à tradição marxista propuseram, ainda, a utilização da noção de "visão do mundo" para identificar a estrutura coerente da obra. Para Goldman (1979:20), essa concepção pode ser definida como: "O conjunto de aspirações, de

sentimentos e de idéias que reúne os membros de um grupo, freqüentemente de uma classe social e as opõe aos outros grupos".

Essa categoria representa a consciência coletiva, expressa de forma mais eficaz e clara do que nos outros membros da sociedade, em uma época definida. Tal consciência não é, portanto, individual, mas social. A visão de mundo seria este sentido dominante para uma classe social determinada e que se encontraria presente na produção de um autor.

A busca do essencial na obra tem como referência esta forma de analisar o mundo. O "corpo do discurso" torna-se apreensível na medida em que se recortam as categorias de análise com as quais o discurso se constrói e são remetidas à visão de mundo, enquanto instrumento de seleção das partes importantes da obra para a pesquisa.

Embora esta linha de análise tenha avançado na construção de uma metodologia capaz de tomar o discurso e a obra enquanto uma prática social, em muitos momentos, significou pensar o dicurso como parte determinada da estrutura social.

Para Pêcheux (1990:44), essas leituras consistiram em: "multiplicar as relações entre o que é dito aqui (em tal lugar) e dito assim e não dito em outro lugar e de outro modo, a fim de se colocar na posição de entender a presença do não-dito no interior do que é dito".

A principal conseqüência da tendência estruturalisata no âmbito da análise textual, segundo Pêcheux, foi construir "o discurso sem sujeito", sem lugar para a descrição da obra, vista em última análise como "enunciados empíricos vulgares". É a partir desta crítica, que este teórico propõe, como caminho para a análise da prática discursiva, a incorporação das relações sociais e históricas presentes no que é dito, embora mantendo-se a perspectiva do discurso como acontecimento.

> *Não se trata de pretender aqui que todo discurso seria como um aerólito miraculoso independente das redes de memória e dos trajetos sociais nos quais ele irrompe, mas de sublinhar que só por sua existência todo discurso marca a possibilidade de uma desestruturação-reestruturação dessas redes e trajetos: todo discurso é o índice potencial de uma agitação nas filiações sócio-históricas de identificação, na medida em que ele constitui ao mesmo tempo um efeito destas filiações e um trabalho (...) de deslocamento no seu espaço; não há identificação plenamente bem-sucedida.* (Pêcheux, 1990:56)

Em linhas gerais, tal enfoque implica captar a tensão entre as relações estruturais que se expressam numa obra e a possibilidade permanente de inovação que ela revela, tornando-se assim um caminho privilegiado de análise. Para isso, é importante exercitar uma crítica dialética das principais contribuições metodológicas no campo da análise do pensamento e, portanto, evitar a simples negação de abordagens

extremamente ricas. A proposta de leitura do pensamento de Josué de Castro aqui desenvolvida buscará enfrentar este desafio através de uma das múltiplas questões que podem ser extraídas de uma produção tão ampla.

A escolha de uma via de aproximação – a relação entre o biológico e o social na obra – representa um recorte, uma pergunta-chave para o entendimento da obra. É no bojo da articulação entre a vida biológica e a organização social que Josué de Castro se inscreve no debate sobre o Estado, a nação e a ciência.

2.

CARANGUEJOS: O BIOLÓGICO E O SOCIAL DA FOME

Josué Apolônio de Castro, nascido em 5 de setembro de 1908, no Recife, é filho de Manoel de Castro, agricultor sertanejo expulso pela seca de 1877 e que fixa residência na cidade em um casarão antigo, às margens do rio Capibaribe. Aos 21 anos, em 1929, conclui o curso de Medicina no Rio de Janeiro. Inicia suas atividades como médico no Recife, clinicando em um consultório de endocrinologia e doenças de nutrição e, mais tarde, em uma fábrica.[1]

Ainda na Faculdade de Medicina, o interesse pela obra de Sigmund Freud e pela literatura anunciam a tendência multidisciplinar que marcaria sua obra.

> *Com Freud fui direto à Psiquiatria. Encontrei-me com o achado de que, na Psiquiatria eu poderia entrosar a literatura e a medicina. Tomei então passagem para me fazer na vida como médico psiquiatra. Mas, durante a viagem, o interesse pela Psiquiatria Clínica foi minguando, enquanto crescia o interesse pela literatura. Surgiu então a infalível fase da poesia, com poemas publicados no* Diário da Manhã *de Recife.* (Castro, 1983:13)

O interesse pela literatura leva o escritor a publicar, no ano de 1930, o conto intitulado " O ciclo do caranguejo" que, mais tarde em 1937, junta-se a outros contos e narrativas no livro *Documentário do Nordeste*.

Em "O ciclo do caranguejo", Josué de Castro (1937c:27) descreve a realidade da vida nos mangues do Recife:

> *A lama misturada com a urina, excremento e outros resíduos que a maré traz, quando ainda não é caranguejo, vai ser. O caranguejo nasce nela, vive dela. Cresce comendo lama, engordando com as porcarias dela, fazendo com a lama, a carninha branca de suas patas e a geléia esverdeada de suas vísceras pegajosas. Por outro lado, o povo daí vive de chupar-lhe as patas, comer e lamber os seus cascos até que fiquem limpos como um copo. E com a sua carne feita de lama, fazer a carne de seu corpo e carne do corpo de seus filhos. São cem mil indivíduos, cem mil cidadãos feitos de carne de caranguejo.*

---

1 Os dados do autor foram obtidos através de consulta aos seguintes autores: Linhares (1980), Castro (1967 e1983), Academia Pernambucana de Medicina (1983) e Tobelem (1974).

Na verdade, escrever sobre a realidade brasileira, sem retoques, fazia parte de um certo clima intelectual da época. No bojo da crise da economia agrário-exportadora e do processo de consolidação de um novo modo de acumulação, o País enfrentava uma transformação profunda em suas relações sociais. Segundo Weffort (1986:45), nesse período surgem:

> *(...) as tendências de liquidação do Estado oligárquico alicerçado em uma estrutura social à base da grande propriedade agrária, voltada para o mercado externo, e de formação de um Estado democrático apoiado principalmente nas massas populares e nos setores ligados à industrialização.*

Articulada a essas mudanças econômicas e sociais, emerge uma nova concepção do País que busca, sobretudo, afastar os resquícios de uma cultura distanciada da realidade nacional, hegemônica durante a República Velha.

O movimento modernista, que domina o ensaísmo brasileiro já a partir da década de 20, caracterizou-se pela crítica profunda à chamada cultura bacharelesca e ao formalismo. Como ressalta Dória (1990), a busca de uma identidade para a nação e a recusa à tradição europeizada da intelectualidade brasileira, nos anos 30, será um traço marcante de toda uma geração de autores, preocupados com a transformação do Brasil:

> *Toda a possibilidade de mudança restringe-se a um único programa: ensinar as elites políticas ou intelectuais a verem a realidade com lentes nacionais. Por isso o espírito crítico se voltou com toda a ênfase contra a imitação, contra o macaqueamento.*

Como as análises sobre esse período têm destacado, a produção cultural alia-se a um novo projeto político. Para Avelino Filho (1987:35), o movimento literário, que marca os anos 20 em diante, aprofunda a questão nacional e a necessidade de redefinir a organização social.

> *(...) o movimento modernista não pode ser resumido a uma crítica da cultura bacharelesca: ele é também uma tentativa de redescoberta do Brasil, da ambigüidade e riqueza de suas contradições bem como da impossibilidade de sua negação. Projeto estético e projeto ideológico andaram juntos.*

É neste movimento, comprometido com a reorientação dos rumos do País, que Josué de Castro pensa ser possível expressar sua visão do quadro de fome e miséria. No entanto, a concretização deste projeto seria desenvolvida por ele através de caminhos não literários.

Em 1932, o autor realiza um inquérito sobre as condições de vida nas classes operárias de Recife, através do Departamento de Saúde Estadual, na direção de

Décio Parreiras. O resultado desse inquérito foi publicado em 1935, no Boletim do Ministério do Trabalho, e torna-se uma referência obrigatória para os estúdos que tem buscado recuperar, historicamente, as condições de nutrição no País.

Nele, Josué de Castro analisa as despesas de quinhentas famílias de bairros operários da cidade do Recife com alimentação, em confronto com o salário médio mensal delas. Conclui que o trabalhador e sua família tinham mais de 70% do salário comprometido com a aquisição de alimentos. A ração alimentar, em termos quantitativos e qualitativos, mostrava-se deficiente.

> *O regime que analisamos, possuindo apenas 1.645 calorias, é um regime insuficiente, que somente chega para cobrir os gastos do metabolismo mínimo individual no nosso clima, sem margem para o gasto do trabalho. Sob o ponto de vista qualitativo, é um regime incompleto porque possui albuminas, vitaminas e sais minerais insuficientes.* (1937b:77)

A avaliação da adequação das dietas em relação às necessidades de nutrientes, incluída no inquérito realizado por Josué de Castro, demonstra a incorporação das noções e conceitos da nova ciência da nutrição.

Até o século XIX, através das pesquisas de Lavoisier e, posteriormente, de cientistas alemães e americanos como Justus von Liebig e Wilbur Atwater, o estudo de nutrição havia sido orientado para a determinação do valor calórico dos alimentos (Rosen, 1976). Atwater, em 1903, estudando o consumo alimentar nos EUA, propõe um valor calórico mínimo para a dieta americana, indicando, também, as respectivas proporções de carboidratos, proteínas e gorduras. No entanto, estes estudos restringem-se ao valor energético dos alimentos e, com isso, não se enfatizam as fontes alimentares de pouco valor calórico, como hortaliças e frutas em geral, sendo até mesmo desaconselhadas na alimentação diária.

O avanço da endocrinologia, entre a segunda metade do século XIX e início do século XX, trouxe mudanças nesta concepção. Como ressalta Marins (1982), os estudos na área aprofundaram a observação das inter-relações entre elementos como ferro, iodo e cálcio e as substâncias hormonais.

Na verdade, o que a endocrinologia e também o desenvolvimento da bioquímica passavam a demonstrar era a necessidade de uma maior reflexão sobre a teoria microbiana, ou seja, sobre a visão de que a doença era, basicamente, uma agressão provocada por uma toxina ou agente microbiano externo ao organismo.[2] Embora as relações entre o escorbuto e a pouca ingestão de frutas cítricas já tivesse sido observada desde o século XVIII, a possibilidade de surgimento de patologias, devido à

---

2 Sobre a questão dos paradigmas no desenvolvimento da ciência e o surgimento de "contra-exemplos" que obrigam sua revisão, ver a rica abordagem de Kuhn (1987).

falta de uma substância específica no corpo, ganharia reconhecimento científico através das pesquisas de Frederick Gowland Hopkins, bioquímico inglês, e Casimir Funk, químico polonês, nos anos de 1911 e 1912. A partir do farelo de arroz, que denomina vitamina, Funk isola uma substância capaz de curar os sintomas polineuríticos observados no beribéri. Pesquisas posteriores demonstram a existência de outras substâncias cuja carência no organismo era capaz de desenvolver doenças graves.

Com a Primeira Guerra Mundial e a necessidade estratégica de garantir a provisão de gêneros alimentícios, intensificam-se as investigações tanto em relação ao valor nutritivo quanto aos métodos para preservação e distribuição de alimentos. Esses avanços contribuíram não só para a .medicina clínica voltada à dietética, mas também para as práticas no campo da medicina social.

No Brasil, através da construção de um saber médico sobre a sociedade no século XIX, a boa alimentação passa a fazer parte das normas da higiene pública. Oswaldo Cruz, em 1906, no Departamento Geral de Saúde Pública, preconiza a transformação no perfil alimentar da população, como medida complementar ao controle da tuberculose (Labra,1985). O trabalho de Eduardo Magalhães, *Higiene Alimentar*, de 1908, é um exemplo da incorporação do tema às preocupações higienistas da época. No entanto, a maior difusão da medicina social e, com ela, da questão da alimentação da população necessita de transformações no padrão de intervenção estatal em direção a uma maior centralização e controle, concretizados com o declínio da República Liberal Oligárquica.[3]

O tratamento dado ao problema da alimentação até os anos 20-30, limitou-se ao âmbito do abastecimento e da fiscalização de alimentos. Isto, sem dúvida, traduz o impacto dos conflitos gerados em torno das constantes crises de abastecimento e revoltas populares que abalam, sobretudo, as cidades. Além da presença do saber médico higienista, começa-se a associar a deteriorização de alimentos (observada no comércio em geral) à ocorrência de doenças na população. (Fico, 1989)

Contudo, a reduzida institucionalização da ciência da nutrição não pode ser creditada somente às características do Estado durante a República Velha. Apesar de o governo redefinir o papel estatal, no que diz respeito à questão social em todos os seus aspectos, e reconhecer as necessidades mais amplas da sociedade urbano-industrial emergente, dentre elas a alimentação do trabalhador, foi necessário, fundamentalmente, a organização de um discurso cientificamente legitimado e capaz de oferecer alternativas ao tratamento do problema (Coimbra, 1982).

---

3 Segundo Machado (1978:243): "A Medicina Social (...) é necessariamente política. O que não significa que ela seja um contra-poder ou um poder paralelo. Ela é política tanto pelo modo como intervém na sociedade e penetra em suas instituições, como pela sua relação com o Estado. Ela precisa do Estado para realizar seu projeto de prevenção das doenças da população".

Fome e construção da nacionalidade

O pensamento de Josué de Castro é paradigmático, na medida em que realiza uma leitura do problema nutricional não restrita ao aspecto fisiológico. Além de incorporar avanços recentes da ciência alimentar no que diz respeito à sua dimensão bioquímica e laboratorial, o escritor introduz temas ausentes na discussão clínica da nutrição como raça, produtividade e evolução social. Ele demonstra, assim, a sua afinidade com a corrente da medicina social que, desde o século XIX, vinha formulando estas questões.

Em dois trechos da introdução ao Inquérito sobre as condições de vida dos operários no Recife, o autor evidencia esta distinção que marcaria sua obra:

> *Não é a máquina que seja de ruim qualidade; e se seu trabalho rende pouco, ela estanca e pára a cada passo e se despedaça cedo é por falta de combustível suficiente e adequado. Daí a importância do estudo científico da alimentação e o interesse dos verdadeiros sociólogos em conhecerem os hábitos alimentares de cada povo, para melhor esclarecimento de sua formação e evolução econômico-social.* (Castro, 1937b:76)

A "metáfora mecanicista" para caracterizar a produtividade dos trabalhadores mal-alimentados revela a tendência dominante na ciência, de perceber os fenômenos da realidade como partes de um mesmo todo integrado e cuja ordenação possibilita o seu conhecimento exato.

Embora tais questões sejam retomadas posteriormente, cabe aqui ressaltar que, ao afirmar ser a fome e não raça o elemento que desenha o perfil da nação, Josué de Castro demonstra a preocupação com a construção do homem brasileiro e procura contrapor-se às teorias que formulavam uma inexpugnável inferioridade da civilização brasileira devido à composição racial. Como destaca Campos (1986:12):

> *O arianismo de Gobineau (a História é uma exceção de raças criadoras – e o darwinismo social – as raças superiores predominam sobre as raças inferiores, que tendem a desaparecer – exerceram profunda influência no Brasil e tornaram-se hegemônicos até a Primeira Guerra Mundial.*

Segundo Campos, Monteiro Lobato, em sua formulação inicial do Jeca Tatu, em 1918, comprova a proximidade com estas tendências explicativas: "Relacionando a natureza com a raça, Lobato conclui que o Jeca é incapaz de evolução e é impenetrável ao progresso" (Ibid., p.17).

Vários autores importantes na história intelectual brasileira foram influenciados por estas concepções. Santos, no ensaio Raízes da Imaginação Política Brasileira

(1970), identifica em Euclides da Cunha – escritor que, segundo ele, introduz a visão da existência de "dois Brasis": um urbanizado e em desenvolvimento e outro rural e atrasado – a influência das idéias racistas. Contudo, a necessidade de civilizar e enquadrar a força de trabalho em um novo padrão de acumulação urbano-industrial contribuiu para a revisão das idéias racistas mais radicais. No campo da saúde, as teses eugênicas, que ganham força no discurso higienista nos anos 20, vão dimensionar, principalmente, as noções iniciais sobre a questão racial.

Assim, começa a tomar corpo um projeto de regeneração da raça através do eugenismo, que inclui proposições para a educação moral e sexual, para o combate ao alcoolismo, à migração e ao casamento entre portadores de dificiências físicas e mentais, bem como medidas para o controle das condições de habitação, saneamento, entre outras. Em última análise, este movimento representa uma reorientação das abordagens genético-raciais iniciais. É importante enfatizar, porém, que algumas teses racistas permaneciam convivendo com esta nova visão de nacionalidade.

Oliveira Vianna, um dos mais expressivos representantes do pensamento autoritário no País, também orienta suas análises a fim de identificar, no encontro entre raças superiores e inferiores, as raízes da organização política e social. Pecaut (1990:36), assinala que esta perspectiva está bastante presente no livro *Populações Meridionais no Brasil*, de 1922. Define, ainda, os escritos desse historiador como uma "mistura de determinismo, racismo e nacionalismo".

No entanto, a visão da inviabilidade da nação dada sua composição étnica é superada por uma concepção mais ampliada dos fatores que intervêm no perfil da população e na qual se insere o pensamento de Josué de Castro.

A reinterpretação da situação racial no País desenvolve-se, a partir de uma interação com as transformações na economia brasileira, a partir do final do século XIX, em direção à urbanização e à industrialização. O fim do sistema escravista, a formação de mão-de-obra livre, o declínio da migração e a territorialização do mercado de trabalho trazem novas perspectivas e, também, novas contradições em torno da questão social.[4] A ambigüidade com que o tema é tratado, principalmente, até os anos 40 na historiografia brasileira ainda necessita de uma investigação mais cuidadosa. Nas palavras de Santos (1970:151): "(...) raça é um conceito bastante impreciso nas elaborações brasileiras, referindo-se a alguma coisa extremamente vulnerável às condições do meio, hábitos culturais e intercurso sexual."

Para Josué de Castro, a "valorização da raça" está presa à transformação no quadro de fome. A melhoria das condições gerais do homem brasileiro e da própria civilização implica, necessariamente, a mudança do seu estado alimentar. Considerando a influência da alimentação no perfil da população e no seu desenvolvimento,

---

4 Ver Costa (1986); Ianni (1987) e Alencastro (1987).

torna-se fundamental, segundo ele, incorporá-la dentre as mais prementes preocupações no âmbito do pensamento social.

É importante assinalar que a produção de conhecimento, tendo como idéia central a interdependência entre a realidade biológica, natural, e a realidade social encontra-se impregnada pelo cientificismo positivista, dominante nas interpretações sobre a natureza e a sociedade desde o século XIX.

Foge ao âmbito deste estudo recuperar a trajetória do positivismo. No entanto, em linhas gerais, enquanto doutrina e método, esta corrente pode ser caracterizada pela ênfase na realidade sensorial, no empírico e na observação como fonte do conhecimento. O estabelecimento de relações do tipo causa e efeito entre os fatos é o principal objetivo da investigação positivista, que pressupõe, fundamentalmente, a neutralidade do observador frente ao observado, bem como um caminho único – o método científico – quer se trate do estudo de fenômenos sociais ou naturais.

Neste aspecto, a contribuição de Comte (1778-1857), trazendo a perspectiva positivista para o interior das ciências sociais foi decisiva. Como analisa Hughes (1983:27):

> *Talvez a afirmação mais importante de Comte seja a de que a sociedade pode ser estudada utilizando-se a mesma lógica de investigação usada pelas Ciências Naturais. A aceitação explícita de Comte de uma unidade de métodos entre o natural e o social foi tão oportuna quanto funesta. E isto, porque esta postura deu considerável ímpeto e força à concepção de que a explicação dos fenômenos sociais são em princípio diferente da explicação dos acontecimentos naturais.*

É a partir desta perspectiva que se multiplicaram, desde o século XIX, teorias buscando compreender a sociedade humana dentro dos mesmos marcos do desenvolvimento dos processos naturais, como é o caso do darwinismo social. No Brasil, a influência destas idéias foi bastante significativa nas formulações sociológicas e, freqüentemente, se expressa através da chamada "biossociologia".[5]

Josué de Castro (1937b:78) também é influenciado por estas concepções, como é possível perceber em outro trecho do mencionado inquérito sobre as classes operárias.

> *Não basta saber a quantidade de homens que produzem, mas também a sua qualidade. Pelo conhecimento da densidade proporcional de nossas classes trabalhadoras, de suas condições econômicas e também de seus caracteres biológicos gerais, índices antropométricos e biométricos, teríamos um quadro explicativo de nossas possibilidades econômicas e de nossa evolução social.*

---

5 Sobre os postulados do positivismo que basearam o discurso político no período, ver Fonseca (1987:50-58).

O conhecimento dos níveis da produtividade do trabalho, item que ocupa lugar privilegiado na retórica desenvolvimentista do pós-30, é alcançado pela utilização conjunta de indicadores sociais e biológicos, através da "síntese" fornecida pela biossociologia.

No mesmo ano em que realiza o Inquérito – 1932 – , Josué de Castro publica *O Problema Fisiológico da Alimentação no Brasil* e ocupa, através de concurso público, a vaga de docente de fisiologia na Universidade do Recife. Neste livro, reitera a necessidade de priorizar a questão alimentar na compreensão do social.

> *O fator alimentar, agindo sobre o homem e a sociedade brasileira, em conexão com outros fatores, foi durante muito tempo inteiramente ignorado. Nas várias teorias de interpretação sociológica de nossa civilização, falava-se muito em ancestralismo, em mestiçagem, em fusão de culturas e patriarcalismo e outras coisas assim – meio vagas, poéticas e sonoras, mas ninguém apontava a alimentação como causa capaz de influir nas diretrizes de nossa organização cultural.* (Castro, 1932b:7)

Para ele, esta ausência do tema no debate sociológico pode ser creditada à dificuldade de analisar fenômenos biológicos em sua ação no campo social:

> *Os processos sociais se elaboram sob a ação convergente ou antagônica de múltiplas causas. Para analisar e concluir alguma coisa de positivo neste emaranhado de causas e efeitos é preciso discernir muito, observar com muito método e com muita paciência.* (Ibid., p.7)

A realidade social é, assim, mais complexa que a realidade observada no laboratório; no entanto, em concordância com a perspectiva positivista, a solução para o impasse está no rigor metodológico. O fundamental para o escritor é não abandonar o desafio, na medida que o problema alimentar é básico no processo de valorização do homem brasileiro: "Como problema eugênico, não se pode esquecer que a alimentação é um dos fatores externos mais importantes na constituição dos biotipos vitais e que é pela seleção biotipológica que se eleva o índice vital da raça." (Ibid., p.8)

Outra tendência que pode ser percebida nas formulações dos autores brasileiros, em geral, e que se encontra expressa nos escritos de Josué de Castro no período, foi a que correlacionou ciência e política. A evolução da sociedade, dentro da perspectiva de "ordem e progresso", é vista como uma meta científica, acima dos interesses e das ideologias, a ser levada adiante pelos governos (Coimbra, 1982). Para o escritor, em *O Problema Fisiológico da Alimentação no Brasil*, esta abordagem em relação à alimentação é extremamente oportuna:

> *O conhecimento exato do problema alimentar é um dos capítulos de mais larga utilização entre os variados e complexos da química fisiológica. Esta verdade tornou-se tão evidente que nos governos científicos onde a política se consorcia com a ciência para maior benefício social, o problema da alimentação recebe os cuidados imediatos do Estado como capítulo preponderante da higiene geral.* (Castro, 1932b:8)

E conclui:

> *Sirvam de exemplo os Estados Unidos e a Rússia, principais representantes dos tipos de civilização antagônicos que dominam o nosso cenário histórico-social: a civilização capitalista e a organização proletária. Nesses dois países, campos opostos de experimentação social, o problema da higiene recebe a mais cuidadosa atenção.* (Ibid., p.8)

Josué de Castro transforma-se, assim, em "arauto e evangelizador", como caracteriza Coimbra (1982), em relação ao problema alimentar. Em sintonia com as interpretações dominantes sobre a saúde, a política e a cultura brasileira nos anos 30, o autor privilegia o aprofundamento da análise da alimentação, buscando fazer crer ao País – e posteriormente ao mundo – que este era o problema central para construção da nacionalidade, e não mais a raça ou o clima.

A alimentação enquanto questão pública

O esforço de Josué de Castro, a partir dos anos 30, será no sentido de retirar a alimentação da esfera privada, do âmbito da decisão estritamente individual.

> *(...) o problema alimentar não constitui assunto de simples referência de sobremesa, mas estudo muito mais sério e complicado, com raízes mergulhadas profundamente no campo da sociologia e da filosofia, com influências projetadas longe, nos quadros mais variados de manifestação de vida.* (1937a:17)

Tão cotidiana necessidade e humana experiência torna-se para o autor uma questão pública, uma responsabilidade do Estado enquanto promotor do desenvolvimento do País. Sem dúvida, a publicização da alimentação é um processo que transcende o período e a obra de Josué de Castro. Como já assinalado, os conflitos em torno da questão do abastecimento alimentar das cidades – expressos, sobretudo, nas manifestações populares do início do século – colocavam, embrionariamente, a demanda por uma intervenção estatal na área.[6]

---

6 "Foi durante a guerra que surgiu no seio da *Royal Society* da Inglaterra um *Food Comitee* que, sob a presidência do grande fisiologista Starling (...) A França atualizou no mesmo momento a sua antiga 'Sociedade Científica de Higiene Alimentar' (...) A Rússia, que até 1928 não dispunha de nenhum centro técnico de alimentação, dispõe hoje de magníficos laboratórios com uma plêiade de notáveis investigadores (...) No Japão existe desde 1920 o *Imperial State Institut for Nutrition of Tokyo* (...). " Josué de Castro cita, ainda, a organização de conselhos e institutos de Nutrição também na Itália, Austrália, Alemanha, Holanda, Dinamarca, Argentina e México. (1937a:19).

No entanto, a relação desta reivindicação com um discurso científico, durante um período de transformação no tratamento da questão social pelo Estado, como será visto adiante, traz novas perspectivas. Neste sentido, a afirmação do escritor sobre a ausência, no País, de discussão sobre o tema, em contraste com sua difusão no mundo, após a Primeira Guerra Mundial,[7] embora obscureça a sua força em meio às demandas populares, evidencia a limitada institucionalização do debate.

Como apontado anteriormente, o estudo do problema já vinha sendo desenvolvido no campo emergente da saúde pública. Mas, o recorte da nutrição, como disciplina específica, tanto em sua vertente clínica, como em sua "leitura social", era ainda incipiente nos anos 30.

A primeira disciplina de nutrição é criada na Faculdade de Medicina da Universidade do Distrito Federal, em 1939, sendo desenvolvida sob a responsabilidade do professor Annes Dias. No que se refere à proposição de realizar diagnósticos sobre a população e pesquisas a fim de elaborar dietas "racionais", nota-se a influência no País de Pedro Escudero, médico argentino e fundador do Instituto Nacional de Nutrição de Buenos Aires.

Josué de Castro demonstra afinidade com a perspectiva analítica de Pedro Escudero. O prefácio de *O Problema da Alimentação no Brasil – seu Estudo Fisiológico*, é de autoria do pesquisador argentino, que enfatiza sua preocupação com a alimentação racional:

> *(...) las bases de la ciência da Nutrición han elegado a tal grado de perfeción que és necesario que seam aplicados por todos los médicos, sociólogos e industriales para resolver, de maneira utilitária, uno de los grandes problemas que agitam la sociedad en estos momentos: la alimentación racional y econômica de los pueblos.* (Escudero apud Castro, 1932c:57)

Uma face importante dos primeiros textos de Josué de Castro – a sugestão para a formulação de dietas básicas para a população brasileira – demonstra a influência de Escudero. A concepção de uma ração para o trabalhador, a partir de suas necessidades, utilizando para isso todo o arsenal técnico fornecido pela ciência da nutrição, representa uma forte característica da trajetória do escritor: levantar e propor medidas de intervenção para atingir a transformação do quadro de fome no País.

Além da importância desta visão, como contribuição para o cálculo do salário mínimo, é importante destacá-la como expressão da articulação entre teoria e prática, neste primeiro recorte da obra de Josué de Castro (1939c:9).

> *(...) no desenvolvimento econômico e social do nosso País, o problema alimentar é básico e indispensável. Sob seu aspecto social este problema se impõe pela necessidade de serem estandartizados; o mínimo de alimentação das classes desherdadas e*

---

7 Informações sobre a consolidação da nutrição no País citadas a partir de Castro, A. M. (1977). Ver também Coimbra (1982).

a alimentação racional dos trabalhadores para a utilização proporcional de sua energia produtiva e para que se estabeleça um consumo verdadeiramente científico dos nossos produtos naturais.

Neste trecho, o escritor reitera a existência de uma forte relação entre alimentação adequada e aumento da produtividade. É neste aumento "científico" da capacidade produtiva dos trabalhadores que está o caminho para o desenvolvimento nacional. A partir do estudo do alimento, em suas funções energética, plástica e reguladora, Josué de Castro privilegia a fisiologia do processo de nutrição; desta forma, as necessidades alimentares são remetidas aos "organismos consumidores". Assim, para aplicar o saber científico da nutrição no País, é fundamental aprofundar o conhecimento das condições biológicas e sociais dos brasileiros. A determinação das quantidades de nutrientes diárias está, deste modo, intimamente relacionada ao metabolismo basal sob as condições climáticas e, também, às características do processo de trabalho. Para ele, sob temperatura e umidade elevadas, o organismo reduz sua intensidade de trabalho e, portanto, suas necessidades calóricas:

Se por força das condições climáticas o brasileiro trabalha com menos intensidade, necessariamente também queima menos material energético – isto é, tem menos elevado metabolismo do trabalho, que um europeu ou um norte-americano. (Ibid., p.57)

É interessante assinalar que seus estudos sobre o estabelecimento de uma ração alimentar para o trabalhador brasileiro não se restringem à constatação das diferenças metabólicas, observadas em nossa população. As diferenças de ordem socioeconômica também influenciam os cálculos e a prescrição de Josué de Castro. Esta inter-relação pode ser evidenciada, por exemplo, em sua análise sobre a quantidade diária de proteínas desejável para o brasileiro:[8]

Como podemos guiar-nos para nossa alimentação? Sendo o Brasil um país pobre, manter seus habitantes num baixo standard *de vida, resultando daí que os salários não permitem nenhuma liberalidade na aquisição dos alimentos, principalmente do grupo das albuminas – carnes, peixes, leites, ovos, etc. de custo mais*

8 Interessa notar que, especificamente em relação ao aspecto citado por Castro – determinação das quotas proteicas mínimas, dentro das condições climáticas e com o tipo de alimentação habitual do brasileiro – as interpretações atuais levam a conclusões distintas da visão do autor. Embora a ação dinâmica específica das proteínas, ou seja, o calor extra produzido pela combustão metabólica, seja elevado e, portanto, em climas frios a quota diária possa ser aumentada, isto não significa que em climas tropicais deva ser reduzida. Ao contrário, dada a pouca ingestão de proteínas de alto valor biológico, como ressalta o próprio autor, a maior incidência de infecções e verminoses e, também, o trabalho excessivo sob altas temperaturas comum no País, haveria maior exigência de proteínas na dieta. Ver Coutinho (1981:87-135), Chaves (1985:71-83), Mitchell, H. S. et al. (1980:35-46) e Wohl & Goodhart (1968:95-155).

elevado – tem-se a fixar portanto, esta taxa habitual o mais próximo do mínimo fisiológico. Além disto, as albuminas em grande proporção são contraindicadas na alimentação dos habitantes de climas quentes como o nosso (...) essas substâncias aumentam muito a produção do calor animal; ora o homem dos trópicos para se aclimatar às condições mesológicas locais deve restringir essa produção ingerindo um mínimo de albumina possível. (Ibid., p.80)

A citação deixa claro o reconhecimento da realidade empírica como fonte preponderante dos preceitos científicos. Nas conclusões finais do livro *O Problema da Alimentação*, Josué de Castro sintetiza esta abordagem: "Essas regras gerais devem ser harmonizadas dentro das possibilidades econômicas, sociais e individuais atendendo que a ciência como todos os grupos de conhecimentos humanos tem de se subordinar à lógica dos fatos" (Ibid., p.146).

Não cabe aqui realizar uma revisão das necessidades nutricionais da população a partir dos conceitos atuais. Na verdade, a padronização das cotas dietéticas dos diversos nutrientes ainda hoje representa um tema polêmico entre os fisiologistas.[9] Além disso, o que se busca privilegiar na análise da obra de Josué de Castro é a interface entre a dinâmica dos fenômenos biológicos da nutrição e os processos sociais mais amplos.

Mais tarde, em seu livro *Alimentação à Luz da Geografia Humana*, o escritor sintetiza o seu esforço em dimensionar uma ração alimentar mínima:

Cuidando da alimentação individual não se deve porém perder de vista os problemas da economia nacional (...) nos regimes traçados não incluímos absolutamente (...) ovos e queijo porque são indiscutivelmente de grande valor nutritivo porém de preço elevado, verdadeiros alimentos de luxo para as classes pobres (...) Não é nosso objetivo traçar regimes ótimos de alimentação e sim regimes básicos, economicamente mínimos que permitam porém, sob o ponto de vista biológico, a manutenção da vida, dignificada pela plena execução de suas funções integrais. (Castro, 1937a:161)

É importante destacar, na obra do autor, o movimento no sentido de aprofundar a interação homem-meio ambiente. Esta perspectiva, expressa nas relações entre clima, temperatura e necessidades nutricionais, nem sempre acompanharia os estudos na área de nutrição no Brasil. Ao contrário, tornar-se-ia bastante freqüente a utilização de padrões americanos e europeus para avaliar a adequação da alimentação brasileira.

O estabelecimento de regimes mínimos voltados para a "manutenção da vida" revela uma postura estratégica em relação à situação nutricional do País. Tratase, simultaneamente, de consolidar uma visão da alimentação como algo capaz de

9 Decreto-lei nº 399 de 30 de abril de 1938, apud Castro, A. M. (1977:189-191).

influir decisivamente no processo de reconstrução da nação e oferecer caminhos concretos e imediatos para a transformação do quadro alimentar. Como se verá adiante, a inclusão desta preocupação no âmbito das políticas sociais converte-se em uma dimensão importante do perfil de proteção social, originado no regime varguista.

A chamada "questão social", entendida como conjunto de novos conflitos surgidos com a intensificação da industrialização atrelada à garantia das condições de reprodução de força de trabalho, manifesta-se de forma aguda nas duas primeiras décadas, através das intensas mobilizações operárias e das primeiras leis de proteção social. No entanto, somente nos anos 30 ocorre sua definitiva inserção na agenda pública. Esta afirmação não visa a apagar as iniciativas observadas, sobretudo nos primeiros anos da década, em relação à legislação trabalhista surgida anteriormente. Não obstante, o período marca uma ruptura importante, principalmente na consolidação da legitimidade de intervenção estatal, no curso da industrialização e da modernização. A partir deste projeto, a questão do controle das condições de trabalho torna-se fundamental para o atendimento das necessidades da acumulação. O movimento em direção à concessão de benefícios sociais concretiza-se de maneira seletiva, privilegiando as categorias-chave dentro do processo de desenvolvimento econômico. Esta inclusão controlada dos trabalhadores nos esquemas de proteção social, definida por Santos (1987) como cidadania regulada, representava, assim, a característica principal da política social brasileira no pós-30. As tentativas de organização autônoma dos trabalhadores e de ampliação da cidadania vão ser fortemente reprimidas.

Entretanto, ao contrário da "ideologia de outorga", comò caracteriza Vianna (1976), a legislação trabalhista é construída no período, tendo por base o atrelamento dos sindicatos ao Estado e o forte esquema repressivo atento à organização independente dos trabalhadores. A difusão da visão de que o Estado antecipava-se às reivindicações da população é conflitante com a realidade da época. Apesar de muitas demandas concretas da população serem legitimadas pelo Estado, e mesmo ter ocorrido apoio das massas populares urbanas às medidas do Governo Vargas, manteve-se o processo de exclusão social. Os grupos sociais, à margem da "cidadania regulada", tiveram poucas chances de influir na definição da agenda pública.

Dentro desta tendência mais geral, a demanda por melhores condições de alimentação passa a ser reconhecida, basicamente, nos setores prioritários dentro do processo de industrialização, como mostra a literatura sobre o tema. Até meados da década de 30, não surgem inciativas significativas na área, além das pesquisas e inquéritos alimentares, mas o período revela a crescente preocupação do Estado com o problema. No final da década e início dos anos 40, a questão alimentar ganha definitivamente espaço nas políticas públicas e são criadas uma série de instituições voltadas para o tratamento do problema.

Um dos momentos de institucionalização do saber da nutrição ocorre com a criação do salário mínimo, em 1º de maio de 1940, através do Decreto-lei nº 2.162. Na verdade, o salário mínimo tem sua origem na Constituição de 1934, que preconiza a instituição de uma remuneração mínima para os trabalhadores, a fim de cobrir-lhes as necessidades essenciais. Entre os anos de 1936 e 1938, são criadas comissões de salário, para definição dos valores a serem cumpridos, quanto à "(...) soma diária das despesas efetuadas com alimentação, habitação, vestuário, higiene e transporte, nesta ordem, necessários à vida do trabalhador adulto."[10]

As pesquisas e inquéritos realizados a fim de qualificar o padrão alimentar e os orçamentos familiares contribuem para a fixação do salário mínimo. Além da pesquisa de Josué de Castro, em 1932, inquéritos como o realizado em São Paulo, através da Subdivisão de Documentações Sociais e Estatísticas Municipais, em 1936, coletam dados sobre o padrão de vida de 928 famílias de operários da limpeza pública.[11]

Em 1936, Josué de Castro, já residindo no Rio de Janeiro, realiza um novo inquérito, através do Departamento Nacional de Saúde, visando a definir as condições alimentares da população nas várias regiões do País. "Os resultados deste inquérito foram parcialmente divulgados em 1937, compreendendo a região do Distrito Federal: a cidade, os seus subúrbios e a zona rural adjacente" (Castro, 1939c:199).

Correlacionando aspectos climáticos e demográficos, o escritor determina o valor nutricional dos regimes de 12.106 famílias e conclui que a população estudada não apresentava déficit calórico, apesar da desarmonia do regime alimentar, com carências vitamínicas e minerais. Além da avaliação da dieta, o estudo especifica a porcentagem de gastos de cada grupo de famílias, conforme a faixa de renda, com a alimentação, habitação e transporte. O percentual gasto com alimentação no Distrito Federal revela-se inferior ao encontrado anteriormente pelo autor no Recife. Enquanto os operários recifenses gastavam cerca de 71% de seus orçamentos familiares com alimentação, este índice diminuía para 54% em média no Rio de Janeiro.

Neste último trabalho, constata-se um maior detalhamento dos passos da pesquisa e, também, o levantamento de um maior número de indicadores a fim de caracterizar as condições de vida das famílias, com gastos com transporte e habitação.

---

10 Informações colhidas no trabalho de Natal (1982). Em seu estudo, o autor lista, além do inquérito citado – Lowrie, S. M. Pesquisa de padrão de vida das famílias dos operários de limpeza pública da municipalidade de São Paulo. Revista Arquivo Municipal de São Paulo, v.51, 54, p. 183-310 – os seguintes inquéritos: Souza, G. H. P.; Cintra, A. V. & Carvalho, P. E. Inquérito sobre alimentação popular em um bairro de São Paulo. Revista Arquivo Municipal de São Paulo 2(17):121-181, 1935; Davis, H. B. Padrão de vida dos operários da cidade de São Paulo. Revista Arquivo Municipal de São Paulo 2 (13):133-186, 1935.

11 Ver, dentre uma ampla bibliografia sobre a legislação trabalhista e a questão do salário mínimo, Oliveira (1972) e Almeida (1978).

Cabe, porém, discutir a relação entre este conhecimento e a formulação de uma ração mínima, de acordo com Josué de Castro, e o surgimento de medidas estatais na área. Esta questão tem sido objeto de análise de muitos autores, preocupados com a emergência e consolidação das políticas de alimentação e nutrição. Nesses estudos, podem-se constatar duas tendências: a primeira sugere que o processo representa a cooptação de um saber pelo Estado, a partir de sua "utilidade" para o projeto de acumulação capitalista (Vasconcelos, 1988). A outra compreende esta produção como um saber revolucionário, que transforma a postura do Estado perante a questão nutricional, inclusive, entrando em conflito com seus objetivos imediatos (Castro, A. M., 1977).

Não se pretende aqui reproduzir a polêmica em torno do papel do salário mínimo nas diferentes conjunturas econômico-sociais do Brasil, no que se refere, basicamente, à lógica da acumulação capitalista.[12] Entretanto, parece ser suficientemente consolidada a visão de que a instituição do salário mínimo correspondeu a uma remuneração capaz de garantir, em níveis restritos, a reprodução da força de trabalho.

Neste sentido, é plausível supor que uma proposta de alimentação que entrasse em conflito com esta perspectiva não receberia a mesma "acolhida" do Estado. No entanto, a interpretação deste processo, como exemplo de cooptação de intelectuais e cientistas pelo regime varguista, em detrimento dos interesses dos trabalhadores, merece maior aprofundamento. Dentre os autores que pensaram a questão no período, Pecaut (1990) traz uma rica perspectiva de análise, superando tanto a visão do Estado sem contradição, quanto a dos intelectuais como um grupo movido por interesses particulares.

Para o autor, é importante destacar, na dinâmica de interação entre intelectuais e poder no pós-30, a convergência de objetivos entre campo intelectual e campo político, expressa através de dois aspectos fundamentais:

> *Primeiro, a coincidência com as posições assumidas por uma fração considerável das elites políticas e militares, que consideram o positivismo e outras doutrinas de organização social não tanto como 'idéias' mas como princípios que sustentam práticas políticas (...) Em seguida, o reconhecimento dado pelo regime de 30 ao papel dos intelectuais na redescoberta do Brasil e na construção científica da identidade brasileira.* (Pecaut, 1990:59)

É dentro desta perspectiva que a obra de Josué de Castro traz subsídios ao surgimento de medidas estatais como o salário mínimo e a ração básica. O pensamento do escritor tem afinidade com a perspectiva do Estado, sobretudo nos primeiros anos do Governo Vargas, no que se refere aos caminhos que levariam à

12 Ver Micelli (1979); Mota (1977) e Lamounier (1977).

transformação do País. No entanto, esta afinidade comporta, também, alguns pontos de divergência. A seletividade e o tratamento clientelista, a ser dado posteriormente ao problema alimentar por aquele presidente, constituiriam elementos de conflito com a visão mais universalizante do autor.

A alimentação, como questão social no pós-30, foi um processo que conjugou, muitas vezes, de maneira contraditória, um conjunto de conceitos e noções que superam a nutrição como problema biológico e individual e uma dinâmica política, econômica e social permeável a esta abordagem.

A partir destas considerações, é preciso analisar mais detidamente a trajetória da obra em sua ênfase na interdependência entre as categorias naturais e sociais. Como se assinalou anteriormente, nos primeiros escritos de Josué de Castro, o positivismo e o evolucionismo são as principais fontes teóricas, utilizadas na elaboração do conceito da fome como fenômeno biossocial. Ao final dos anos 30, o escritor amplia seu trânsito pelas disciplinas das ciências sociais, mas será na geografia que encontrará a reflexão teórica e metodológica para apreender a fome como objeto de análise. Com efeito, se esta escolha possibilitou a aquisição de um instrumental próprio para realizar a aproximação entre o biológico e o social, no entanto, trouxe, também, para a obra de Josué de Castro limitações e impasses.

A geografia como instrumental para a compreensão da relação entre o biológico e o social

Ao deixar o Recife, em 1935, o escritor havia consolidado junto a outros estudiosos, a perspectiva de criar uma escola de ciências sociais. Este projeto, como ele próprio escreve, seria concretizado pouco mais tarde.

> *A idéia encontrou eco em 1937, com alguns pernambucanos de projeção entre os quais destaco Olívio Montenegro, Nelson Coutinho, Anibal Bruno, Silvio Rabelo, Aloisio Bezerra Coutinho e (...) Ulisses. Em Pernambuco, fundamos a Faculdade de Filosofia e Ciências Sociais do Recife, que, nas palavras publicadas de Olívio Montenegro, representava o primeiro núcleo de cultura sistematizada, de cultura não como luxo arrebique de ciência, mas como um método de interpretação e avaliação consciente dos valores humanos mais preciosos de organização e de vida.* (Castro, 1983).

No Rio de Janeiro, em 1936, Josué de Castro foi indicado por Roquette Pinto para professor da disciplina de Antropologia Física, na Universidade do Distrito Federal. Dois anos mais tarde, em 1938, conclui o curso de Filosofia da Universidade

do Brasil. A aproximação com a geografia humana ocorre precocemente na trajetória intelectual do autor, ainda no Recife. No entanto, é no livro *Alimentação à Luz da Geografia Humana*, publicado em 1937, que a geografia ocupa, pela primeira vez na obra, um lugar central.

Neste trabalho, Josué de Castro enfatiza, como em momentos anteriores de sua obra, a multidisciplinaridade do estudo da alimentação, envolvendo fisiologistas, biólogos, higienistas, sociólogos e educadores. Dada esta perspectiva "enciclopédica" da ciência da nutrição e, portanto, a extrema dificuldade em coordenar as diversas faces do problema, o escritor propõe, dentro de um esforço de síntese, a utilização de um método único, capaz de superar a fragmentação da análise do campo.

Dentro desta abordagem, o autor seleciona como seus interlocutores aqueles que buscam discutir a questão alimentar enquanto problema científico, econômico e social da mais alta relevância no debate nacional. Para ele, as camadas populares são vistas como massas de famintos, sendo necessário um esforço profundo para a sua "revalorização fisiológica" e social. E a nação representa um projeto para o futuro e não uma realidade. Desta forma, Josué de Castro vê o estudo do problema alimentar em toda a sua magnitude, como objeto das elites intelectuais.

> *Infelizmente, não é um trabalho feito diretamente para o público em geral. A falta absoluta de preparação científica, o desconhecimento das noções elementares de higiene, não permitem ao povo penetrar no verdadeiro sentido da ciência da nutrição, através de uma exposição doutrinária da disciplina. Só por intermédio de uma cartilha de alimentação, expressamente elementar, podem estes conhecimentos, indispensáveis à higiene alimentar, chegar ao pensamento das massas.* (Castro, 1937a:24)

Neste esforço científico para pensar a alimentação, ele propõe o método geográfico:

> *Julgamos que o único método eficaz de análise da questão é o método geográfico. Não o método puramente descritivo da antiga geografia, velha como o mundo, mas o método da ciência geográfica, que é nova, é quase dos nossos dias, que se corporificou dentro dos princípios científicos formulados pelas experiências de geógrafos como Karl Bitter, Humbolt, Ratzel e Vidal de La Blache.* (Ibid., p.25)

E, mais adiante, Josué de Castro reitera sua escolha metodológica:

> *Só a geografia que considera a terra como um todo e que ensina a saber ver os fenômenos que se passam em sua superfície, a observá-los, agrupá-los e classificá-los, tendo em vista a sua localização, extensão e causalidade, pode orientar o espírito humano na análise do vasto problema de alimentação, como fenômeno ligado, através de influências recíprocas à ação do homem, do solo, do clima, da vegetação e do horizonte do trabalho.* (Ibid., p.26)

Sem pretender recuperar os problemas epistemológicos da geografia, cabem aqui algumas considerações sobre a disciplina, recortando algumas das questões que a envolvem e que são incorporadas à obra do autor.

Primeiramente é preciso afastar as formulações da geografia em suas origens, como faz Josué de Castro em sua opção pela "moderna geografia", citando estudiosos que se destacaram no final do século XIX e início do século XX, principalmente na Alemanha e na França. A geografia remonta à Antiguidade e, inicialmente, encontra-se articulada às táticas e estratégias militares de reconhecimento das regiões e de repartição da população. A geografia moderna, enquanto disciplina científica, nasce na Alemanha do século XIX, através de Alexandre de Humbolt (1769-1859) e Karl Ritter (1779-1859).

A antropogeografia – reconhecida mais tarde como a corrente da geografia humana – recebe inicialmente a influência de Friedrich Ratzel (1844–1904) que, no entanto, dado o forte determinismo de suas concepções em relação à ação do meio sobre o homem, perde espaço no século XX para a geografia humana de Vidal de La Blache. A geografia alemã é abalada, como tendência explicativa, também devido a sua "leitura" durante o III Reich, quando é utilizada como fundamento científico para o expansionismo hitlerista. Assim, é principalmente La Blache quem influenciará as análises geográficas das primeiras décadas do século XX, apresentando como elemento diferenciador da geografia alemã, a recusa ao determinismo radical das condições geográficas sobre o homem.

> *Vidal de La Blache introduziu a idéia das descrições regionais aprofundadas, consideradas como a forma depurada do raciocínio geográfico. Ele mostra como as paisagens de uma região são o resultado do entrelaçamento, ao longo da história, das influências humanas e dos dados naturais.* (Lacoste, 1981:248)

Segundo Lacoste (1981), a geografia lablachiana dá maior ênfase à história e à ação humana e é, também, caracterizada pelas monografias regionais, buscando a identidade de cada pequena cidade ou mesmo de vastos territórios. Mas, é sobretudo no projeto de articulação entre a natureza e a sociedade – que transcende a escola francesa – que a geografia traz a maior contribuição para a obra de Josué de Castro, como é explicitado pelo autor: "Definindo a geografia (...) como a ciência dos fenômenos físicos, biológicos e sociais, encarados em sua distribuição na superfície do globo, suas causas e relações recíprocas estudaremos geograficamente o problema da alimentação" (Castro, 1937a:27).

A geografia encontra-se no centro de um dos dilemas da própria ciência moderna: a dicotomia entre o homem e a natureza. Para Luz (1988:20), o termo natureza, apesar de ambíguo, significando algo que inclui o homem e, ao mesmo tempo, é exterior a ele, adquire, dentro da racionalidade científica moderna, uma "existência objetiva e independente".

A recuperação da articulação entre o natural e o social, em oposição à manutenção da exclusão entre estas duas esferas, é o que confere, assim, "individualidade temática" à geografia.

> *Quaisquer que sejam os modos como os geógrafos caracterizam a geografia,* ciência das paisagens *ou* ciência dos meios naturais para a ecologia da espécie humana, ciência das formas de diferenciação espacial, ciência do espaço *ou* geoanálise, *esbarramos com a preocupação de estudar as interações entre os fatos humanos, sociais ou econômicos e os* dados naturais *(que são da competência das ciências da matéria e das ciências da vida.* (grifos do autor) (Luz, 1981:224)

No entanto, esta perspectiva de análise da realidade foi sendo atravessada, continuamente, por impasses e contradições. A separação entre uma geografia física e outra humana ainda hoje evidencia, na prática, a dificuldade de alcançar o projeto original da geografia. Como ressalta Harvey, o campo oscila entre a manutenção da dicotomia entre as condições criadas pelo homem e as presentes na natureza e, por outro lado, uma análise mais dialética, em que o homem age sobre o mundo externo, modifica-o e a si próprio. Segundo este autor, o segundo caminho significa compreender que "as contradições de um processo social (...) são necessariamente manifestas tanto na paisagem geográfica real (...) como nas interpretações dessa paisagem" (Harvey, 1988:164).

Na verdade, dada a dimensão filosófica dos problemas abordados pela geografia, o campo revela-se uma justaposição de disciplinas sem um mesmo "projeto originário". Este enfoque se evidencia no "plano de estudo" que Josué de Castro traça para a elaboração de um padrão dietético racional para a nação dentro da perspectiva geográfica, em que se percebe a associação de conceitos e noções oriundos da filosofia, da antropologia e da higiene.

No livro *Alimentação à Luz da Geografia Humana*, em um esboço do que representa um de seus trabalhos mais divulgados no País e no mundo (*A Geografia da Fome*), Josué de Castro divide o Brasil em regiões, segundo regimes dietéticos e sua história social e econômica:

> *Procurando fixar os vários tipos de alimentação brasileira, tendo em vista as substâncias alimentares e as proporções mútuas em que são elas consumidas, chegamos à conclusão que a multiplicidade de regimes individuais se reduz esquematicamente a cinco tipos especiais, bem definidos. Cada tipo corresponde a uma determinada região territorial, e representa o resultado da experiência humana, adaptando suas necessidades aos meios regionais de subsistência que o 'meio' apresenta com maior ou menor abundância.* (Castro, 1937a:149)

A incorporação da "visão geográfica" requer que se compreenda a alimentação como expressão da inter-relação entre clima, solo, organização econômica e características biológicas dos indivíduos. Esta busca da identidade e do conhecimento exato das potencialidades e limites regionais – bem ajustada à vaga nacionalista – esteve em muitas das interpretações sobre o País no período. Vianna (1933:21), por exemplo, utiliza o pensamento geográfico ao analisar a sociedade brasileira:

Entre as forças que influem sobre a evolução das sociedades e concorrem para a heterogeneização de sua estrutura e da sua marcha, estão em primeira linha (...) as forças oriundas do meio cósmico, principalmente o solo, que é a base physica da sociedade. Para Ratzel, ele regula o destino dos povos com uma cega brutalidade. Certo, hoje, ninguém partilha desse fatalismo geográfico de Ratzel. Em lugar desse determinismo cego, a ciência moderna contrapõe o 'possibilismo' de Vidal de La Blache (...).

Josué de Castro, assim como outros autores nas décadas de 30 e 40, aproxima-se desta abordagem para o estudo da alimentação. Entre os anos de 1937 e 1939, o autor inicia um contato maior com o debate científico internacional, através de publicações em que estão presentes em algum nível o discurso geográfico, como *Science et Technique* (1937), *Basal Metabolism in Tropical Climates* (1938) e *Alimentazione ed Acclimazione Umana nei Tropici* (1939). Este último trabalho é fruto de conferências realizadas no *Instituto de Fisiologia Generalle della Universitá di Roma*, em 18 de fevereiro de 1939 e no *Palazzo del Rettorato della Universitá di Napoli*, em 18 de março do mesmo ano.

Ainda em 1939, mantendo um consultório de endocrinologia no Rio de Janeiro e lecionando geografia humana na Faculdade de Filosofia (afastando-se, portanto, da disciplina de antropologia física), Josué de Castro publica *Geografia Humana*. Neste livro, o escritor desenvolve um estudo dos diferentes quadros ambientais do mundo, incluindo desde tipos de solo e florestas até traços fisionômicos das raças, dialetos, características de habitação, redes de transportes e culturas alimentares.

No prefácio da obra, feito por Preston James, professor da Universidade de Michigan nos EUA, não há diferenciação clara dos objetivos da geografia humana. Josué de Castro compartilha desta concepção, na medida em que, freqüentemente, superpõe, neste texto, os termos geografia e geografia humana. Trata-se de uma investigação minuciosa, que busca descrever e interpretar a relação entre o homem e os recursos naturais.[13]

---

13 "O gênero de vida que a criação impõe é, as mais das vezes, o nomadismo pastoril, no qual os criadores se deslocam com os seus rebanhos nas diferentes épocas do ano em busca de água e pastagens. Povos deste gênero são os nômades da Ásia Central, Setentrional e Ocidental – turcos, tártaros, siberianos e árabes (...)." (Castro, 1939b:190)

A "Geografia da Fome"

Alguns anos mais tarde, em 1946, Josué de Castro escreve o livro considerado marco em sua obra: *Geografia da Fome*. Traduzido em diversas línguas, obteve grande difusão, tanto no País, como no mundo.[14] Desde o final dos anos 30, como se assinalou, há alguma difusão de seu pensamento no exterior. No entanto, é a partir desta publicação que Josué de Castro se consolida como escritor e pesquisador da questão alimentar no mundo.

Geografia da Fome representa, concretamente, um momento importante na obra do autor. Percebe-se a preocupação de refinar o conceito de fome, o que marca uma mudança em relação à produção anterior. Se, em seus primeiros escritos, a fome, a subnutrição e o problema alimentar aparecem, freqüentemente, como sinônimos, neste último trabalho, Josué de Castro explora, exatamente, o eixo principal de suas formulações. Ao contrário dos enfoques fragmentados e pouco articulados entre si, ele propõe uma categoria que exprima a amplitude e a multidisciplinaridade da questão. O livro demonstra, ainda, algumas reorientações em seu pensamento que, para maior compreensão, necessita de uma aproximação não só com a trajetória pessoal do autor, como também com as mudanças na conjuntura histórica e social do País nos primeiros anos da década de 40.

Assim, cumpre relembrar que se até o final dos anos 30 é pouco expressiva a intervenção estatal na área da alimentação, a partir deste período, entretanto, o quadro modifica-se significativamente. Ainda em 1939, é criado o Serviço Central de Alimentação – vinculado ao Instituto de Aposentadorias e Pensões dos Industriários (IAPI) – e, no ano seguinte, a iniciativa é ampliada através do Serviço de Alimentação da Previdência Social – SAPS, subordinado ao Ministério do Trabalho, Indústria e Comércio.

A partir dessas iniciativas, que marcam uma ação mais sistemática do Estado frente ao problema alimentar, várias instituições são criadas nos anos 40: a Sociedade Brasileira de Alimentação – SBA (1940), o Serviço Técnico de Alimentação Nacional – STAN (1943), o Instituto Técnico de Alimentação – ITA (1944), a Comissão Nacional de Alimentação – CNA (1945) e o Instituto Nacional de Nutrição – INN (1946) são alguns exemplos, entre outros órgãos e instituições oficiais. Não cabe aqui realizar uma discussão aprofundada dos objetivos e do alcance de cada uma dessas instituições. Esta é uma perspectiva analítica que pode ser encontrada em alguns importantes trabalhos que buscam recuperar, historicamente, a emergência e consolidação das políticas de alimentação e nutrição no País. No entanto, no âmbito deste estudo,

---

14 O livro *Geografia da Fome* foi lançado, em 1946, tendo sido reeditado sucessivamente, em 24 idiomas. A décima edição do livro foi publicada no Brasil, no ano de 1966.

interessa refletir sobre algumas destas intervenções estatais no que se refere à sua articulação com o pensamento de Josué de Castro.

Como se observou, ao mesmo tempo em qûe o autor valoriza a consolidação de uma visão científica da alimentação, busca, também, incluí-la na agenda dos problemas prioritários do País. Neste esforço, Josué de Castro considera o governo um implementador das medidas necessárias para a solução do problema alimentar. Alguns dos órgãos estatais criados nos anos 40 vão ao encontro de muitas de suas propostas. O fornecimento de refeições para os trabalhadores, através da Previdência Social, inicialmente concretizada pelo IAPI, é chefiada pelo escritor.

Para Coimbra (1982), o Serviço Central de Alimentação do IAPI, constitui um exemplo claro dessa "aplicação social". As atribuições desse Serviço Central de Alimentação[15] mostram a conjugação de diferentes níveis de intervenção na situação alimentar dos trabalhadores. Em alguns dos objetivos listados, existe a preocupação com o diagnóstico do estado nutricional, o conhecimento dos alimentos e a determinação dos valores mínimos dos diferentes nutrientes da dieta. Por outro lado, a fim de atuar concretamente no perfil alimentar da clientela, é possível perceber uma perspectiva educativa e uma dimensão mais ampla, voltadas ao levantamento das "causas econômico-sociais" envolvidas na alimentação dos operários.

Esta abordagem afasta Josué de Castro das estratégias mais populistas e das experiências centradas apenas na educação dos trabalhadores, no fornecimento de refeições e na distribuição de alimentos, como seria, basicamente, o caráter assumido pelos serviços de alimentação da Previdência posteriormente. Como analisa L'Abbate (1982), já em 1941, após a posse de Helion Póvoa na direção do SAPS, nota-se o amplo destaque na correção dos hábitos alimentares dos operários. Assim, a previdência da SBA, a direção do STAN e do INN são algumas das atividades identificadas com a perspectiva mais ampla do escritor no tratamento da questão alimentar.

A SBA, o STAN e o INN têm em comum o objetivo de promover o crescimento científico da nutrição, a formação de recursos humanos na área e a aplicação do conhecimento, produzido no levantamento do estado nutricional da população. Além disso, estes órgãos buscam, em alguma medida, formular propostas para uma política nacional de alimentação. Através do STAN, por exemplo, Josué de Castro e um grupo de nutrólogos lançam a primeira publicação periódica sobre nutrição no País: os Arquivos Brasileiros de Nutrição. A revista, fruto de um convênio com a Nutrition Foundation, de Nova Iorque, permite a divulgação dos avanços da ciência da nutrição no Brasil e teve a supervisão científica de Josué de Castro por vários anos. O STAN, vinculado à Coordenação de Mobilização Econômica criada em 1942, foi um espaço importante para o escritor, na medida em que incorpora também a perspectiva de ampliar a produção industrial de alimentos.

---

15 Cf. Portaria SCM 163, art. 2º de 25 de outubro de 1934 (Coimbra, 1982:177).

Como se verá adiante, Josué de Castro é um aliado do projeto getulista de desenvolvimento industrial. A reversão da concepção do Brasil como país essencialmente agrícola e o fortalecimento do setor de mineração, siderurgia, energia elétrica, a fim de que se passasse a importar "máquinas para fabricar máquinas",[16] em linhas gerais, foram pontos de convergência com a visão de desenvolvimento do escritor. Na verdade, dentro deste esforço pelo desenvolvimento econômico autônomo, praticamente todos os setores da vida nacional foram envolvidos. Para Fonseca (1987:257):

> *Iniciava-se a crença de que com o desenvolvimento econômico, os grandes problemas do País desapareciam: a miséria, as desigualdades regionais a incipiência do mercado interno, a excludência e demais questões da nacionalidade encontrariam finalmente sua solução.*

A eclosão da Segunda Guerra Mundial (1939-1945) favorece este processo de substituição de importações, apesar de impor simultaneamente a intervenção centralizada do Estado a fim de evitar uma crise de abastecimento e a perda do controle dos preços. A Coordenação de Mobilização Econômica, criada com a entrada do Brasil no conflito, terá, dentre suas atividades, o controle estratégico de combustíveis, o aumento da produção de chumbo, a fixação de preços e o controle do abastecimento alimentar.[17] Esta última tarefa, juntamente com o incentivo à industrialização dos alimentos, inclusive no que se refere ao desenvolvimento de novos processos como a desidratação, conta com a supervisão e o apoio de Josué de Castro, através do Stan.

Assim, o autor, até 1945, participa não só das atividades de instituições de caráter científico, mas também de espaços vinculados mais diretamente aos projetos mais amplos do governo. Isto torna Josué de Castro o principal representante do saber e da política de alimentação no País.

Após a publicação de Geografia Humana, em 1939, devido à intensa atividade institucional, não lhe sobra muito tempo para a publicação de novos trabalhos. No entanto, o autor permanece escrevendo, sobretudo, pequenos ensaios e artigos sobre alimentação, que evidenciam o seu engajamento nas principais questões do debate nacional, como *Vitamina para o Brasil* (1941); *Pão de Guerra* (1943); *Indústria de Desidratação de Alimentos* (1944) e *A Política Alimentar no Brasil de após-Guerra* (1945).[18]

---

16 Trecho do discurso de Getúlio Vargas, citado por Fonseca (1987).

17 Ver Natal (1982). O autor analisa o período como de continuidade e rompimento em relação à questão alimentar na agenda pública. Ou seja, enquanto o tema é incorporado pelo governo no plano Salte, há a tendência crescente de ver o problema como restrito à esfera do abastecimento, além do abandono das instituições criadas no período anterior.

18 Consultar bibliografia citada por Taranto (1982).

Com a queda de Vargas, apesar de a questão nutricional continuar na agenda do Estado, tem início um processo de esvaziamento das instituições criadas no período anterior, processo este já bastante discutido pela literatura. O contexto do fim do Estado Novo traz, ainda, ampla mobilização no sentido da democratização do País. Pecaut (1990:99) resume, assim, o pós-45:

> *Ninguém mais duvidava da existência de uma nação brasileira, e não era preciso buscar seus sinais no 'caráter' ou no 'temperamento' da população, nem apelar ao Estado para forjar a sociedade. A nação estava ali constituída (...) o sentimento de identidade é substituído pelo de confronto, o advento do povo como sujeito político liga-se à sua mobilização a serviço da soberania nacional.*

Forjar a nação, construir o homem brasileiro não constitui mais tema prioritário, passando a questão do desenvolvimento a ocupar ainda maior espaço no debate nacional. Emergem novos atores sociais e um movimento de democratização que, contudo, não deve ser compreendido como o desmonte das estruturas autoritárias no País. Como ressalta Chauí (1989), identificar o período a uma real experiência democrática é obscurecer fatos significativos como a permanência da ilegalidade das greves, a proibição do voto dos analfabetos ou a ilegalidade do Partido Comunista, que exemplificam a continuidade do autoritarismo. No entanto, após 1945, ganha impulso a "política de massas", cujo eixo encontra-se na mobilização da população como aliada fundamental nas transformações sociais e econômicas rumo ao desenvolvimento, ou melhor, na consolidação de um projeto de crescimento econômico, com um mínimo de tensões sociais.

A organização autônoma das forças populares permanece limitada e a mudança tem, ainda, o Estado como agente principal. Os partidos políticos, de caráter nacional, regulamentados pela Constituição de 1946, como o Partido Trabalhista Brasileiro (PTB), o Partido Socialista Democrático (PSD) – ambos criados por Vargas – , a União Democrática Nacional (UND) – de oposição a Vargas – e o Partido Socialista Brasileiro (PSB), criado em 1947, não foram exemplos concretos de representação das demandas sociais, mas núcleos de poder controlados, na maioria das vezes, por "chefes políticos" carismáticos. Mesmo assim, como indica Ianni (1988:53), depois de 1945, "as massas começam a participar em algumas decisões políticas e na formulação dos alvos do progresso nacional".

É neste contexto que Josué de Castro, em 1946, publica *Geografia da Fome*. Como se observou, o autor desempenhava, naquele momento, o papel de principal interlocutor sobre a questão alimentar. Além disso, ele se encontrava, na época, suficientemente legitimado como representante oficial do governo nos assuntos ligados à nutrição também no exterior. Tais fatos explicam, em parte, a ampla difusão obtida pela obra. No entanto, o tom de denúncia com que o livro aborda a fome, bem como a crítica – pela primeira vez de forma tão contundente – a grupos de interesse

e ao modo de organização econômica do País, são aspectos que favorecem o debate e a polêmica em torno de *Geografia da Fome*.

No prefácio da primeira edição, Josué de Castro (1946:13) escreve: "O assunto deste livro é bastante delicado e perigoso. A tal ponto delicado e perigoso que se constituiu num dos tabus de nossa civilização."

O silêncio em torno da fome, tornando-a mesmo uma questão proibida, segundo o autor, tem sua gênese nas características culturais brasileiras e, também, na ordem econômica mundial. Aos preconceitos morais – na medida que tal qual o sexo, a fome se coloca como um instinto primário – juntam-se os interesses econômicos, compondo uma verdadeira "conspiração de silêncio" em torno do tema:

> *Ao lado dos preconceitos morais, os interesses econômicos das minorias dominantes também trabalham para escamotear o fenômeno da fome no panorama espiritual moderno. É que ao imperialismo econômico e ao comércio internacional a serviço do mesmo, interessava que a produção, a distribuição e o consumo de produtos alimentares continuassem a se processar indefinidamente como fenômenos exclusivamente econômicos – e não como fatores intimamente ligados aos interesses da Saúde Pública.* (Ibid., p.15)

A sua crítica estende-se, também, à ciência, como se pode perceber na seguinte citação:

> *A própria ciência e a técnica ocidentais, envaidecidos por suas brilhantes conquistas materiais nos domínios das forças da natureza, humilhadas, confessando abertamente o seu quase absoluto fracasso em melhorar as condições da vida humana no nosso planeta e, com o seu reticente silêncio sobre o assunto, faziam-se consciente ou inconscientemente cúmplices dos interesses políticos que procuravam ocultar a verdadeira situação de enormes massas humanas envolvidas permanentemente dentro do círculo de ferro da fome.* (Ibid., p.16)

A radicalização da linguagem, observada em *Geografia da Fome*, significa uma alteração substancial na perspectiva de Josué de Castro. O autor passa a demonstrar uma postura crítica em relação aos rumos da economia e da política, em contraste com seus primeiros escritos. Como se assinalou, em sua produção inicial, há uma preocupação clara com os efeitos da fome sobre a evolução social, o que obscurece a discussão das próprias causas mais profundas do problema alimentar. O enfoque, na primeira fase de sua obra, é o da descrição do quadro da fome e de sua articulação com o debate sobre a construção do homem brasileiro. A ciência é enfatizada como o principal instrumento para o diagnóstico do estado nutricional – leia-se do real potencial da nação – e para a proposição de medidas de intervenção. Trata-se de um instrumento neutro, acima de tendências ideológicas, capaz de oferecer

caminhos para a solução do problema alimentar. Posteriormente, Josué de Castro incorpora a necessidade de comprometimento com a questão social no processo de produção científica.

Estas redefinições na obra encontram eco nas próprias transformações da realidade brasileira. Como apontado anteriormente, na segunda metade da década de 40, forjar a nação é um problema de algum modo superado. Não é mais necessário mais dar os primeiros passos em direção à formação de um povo produtivo, de romper com visões fatalistas sobre a raça ou sobre a impropriedade do clima. O povo brasileiro já é uma realidade. O movimento em direção à industrialização está iniciado e é homogênea a perspectiva de acelerar o desenvolvimento, abandonando os resquícios de estruturas arcaicas como a que se vê no campo e, também, fortalecer a autonomia do País perante os demais países industrializados. Ao mesmo tempo, conflitos em torno do projeto de modernização afloram com mais vigor.

Contudo, as reorientações que a obra apresenta não podem ser explicadas, lançando mão apenas da análise das mudanças históricas ocorridas no Brasil. É preciso ressaltar, mais uma vez, o traço marcante do pensamento de Josué de Castro que é o de priorizar a interação entre o biológico e o social. O discurso geográfico e também a noção de ecologia, introduzidos pelo autor na análise da fome, criam condições próprias para a elaboração do tema, articulado às novas exigências históricas.

> *(...) procuraremos realizar uma sondagem de natureza ecológica, dentro deste conceito fecundo de Ecologia, ou seja, do estudo das ações e reações dos seres vivos diante das influências do meio. Nenhum fenômeno se presta mais para ponto de referência no estudo ecológico destas correlações entre os grupos humanos e os quadros regionais que eles ocupam, do que o fenômeno da alimentação (...).* (Ibid., p.19)

Em seguida, o escritor enfatiza:

> *Neste nosso ensaio de natureza ecológica, tentaremos pois analisar os hábitos alimentares dos diferentes grupos humanos, ligados à determinadas áreas geográficas, procurando, de um lado descobrir as causas naturais e as causas sociais que condicionaram os seus tipos de alimentação, com suas falhas e defeitos característicos e, de outro lado, procurando verificar até onde estes defeitos influenciam a estrutura econômico-social dos diferentes grupos estudados.* (Ibid., p.19)

No entanto, nem sempre esta abordagem livra o autor de ambigüidades, ou mesmo de perspectivas deterministas. Por vezes, como em seus estudos na década de 30, a alimentação insuficiente diminui a produtividade do homem e impede o progresso social. Tem-se aí uma perspectiva onde o social tem seus contornos definidos pela experiência biológica. Em seus escritos posteriores há, também, a tendência a privilegiar os aspectos histórico-sociais como causa dos fenômenos biológicos e, especificamente, das carências alimentares. *Geografia da Fome* é um momento

significativo da obra, não porque supera esta contradição, mas, porque busca enfrentá-la no interior de um movimento entre determinante e determinado que, sem dúvida, apresenta limites, mas, também, produz avanços na produção de conhecimento sobre a problemática alimentar.

Entre estes avanços, encontra-se o esforço no sentido de precisar o conceito de fome, a fim de que ele expresse uma realidade além do indivíduo e, também, mais próxima do dia-a-dia da população do que a imagem das explosões de fome, relacionadas às guerras e aos cataclismas naturais. É esta fome coletiva e que não envolve somente a carência total de elementos nutritivos, mas, principalmente, a falta de alguns nutrientes específicos – "a fome oculta" – que vai ser a preocupação do autor. Segundo ele: "grupos inteiros de população se deixam morrer lentamente, apesar de comer todos os dias" (Castro, 1946:21).

Estudando as características da alimentação da população em todo o País, o autor estabelece "cinco áreas de fome". Para delimitar estas áreas, Josué de Castro define, como critério principal, o número de pessoas atingidas pelo problema:

> *Consideramos áreas de fome aquelas em que, pelo menos a metade da população apresenta nítidas manifestações carenciais (...) não é o grau de especificidade carencial que assinala e marca a área (...) Para que uma determinada região possa ser considerada área de fome, dentro do nosso conceito geográfico, é necessário que as deficiências que aí se manifestam incidam sobre a maioria dos indivíduos que compõem seu efetivo demográfico.* (Ibid., p.44)

Assim, descrevendo as regiões, segundo suas características, de solo, clima, ocupação – trajetória que o autor já havia traçado no livro *Alimentação à luz da Geografia Humana* – Josué de Castro aprofunda a delimitação das áreas alimentares do País. Como exemplo, após minuciosa análise sobre a pobreza do solo amazônico, as práticas na agricultura e a baixa densidade demográfica, o escritor avalia o tipo de alimentação da região:

> *A farinha de mandioca e um pouco de feijão, e de arroz, produzidos nessas áreas inundáveis ou importados de outras regiões do País, peixes, crustáceos, carne e ovos de tartaruga e tracajás, além de algum jabuti morto por ocasião das queimadas, compõe a dieta local.* (Ibid., p.79)

Apesar das diferenças evidenciadas nas cinco regiões do País, é forçoso reconhecer a mesma tendência na explicação dos quadros de fome encontrados: a ênfase na formação econômico-social de cada uma das áreas. Ainda utilizando o exemplo de sua interpretação da região amazônica, é possível fazer esta constatação:

> *O abandono da região que se seguiu à crise da borracha, o centrifuguismo pela atração das zonas industrializadas do Sul, com maiores horizontes de trabalho,*

associados a alarmantes índices de mortalidade, dão-nos a explicação completa deste fenômeno, um tanto chocante, de uma população jovem entrando em decadência demográfica muito antes de ter alcançado a maturidade de seu ciclo evolutivo abortada em suas potencialidades biológicas, por fatores econômico-sociais que lhes amesquinharam e lhes destruíram o élan da vida. (Ibid., p.87)

Nas demais regiões, segue-se um relato das relações entre a natureza e o homem. No entanto, é no "estudo do conjunto brasileiro" que Josué de Castro sintetiza sua abordagem:

A fome no Brasil é conseqüência, antes de tudo de seu passado histórico, com seus grupos humanos sempre em luta e quase nunca em harmonia com os quadros naturais (...) Em última análise, esta situação de desajustamento econômico e social foi conseqüência da inaptidão do Estado Político para servir de poder equilibrante entre interesses privados e o interesse coletivo. (Ibid., p.294)

O Estado, incapaz de intervir como instância moderadora e representante do "interesse geral", segundo o autor, encontra-se refletido, assim, na política econômica adotada.

Esta situação de subnutrição crônica se vem acentuando nos últimos anos pelo crescimento normal de nossas populações sem o incremento correlato da produção, pelos erros graves da política econômica do governo brasileiro quando estabeleceu privilégios desproporcionados para a indústria nacional, deixando quase ao abandono as atividades agrícolas. (Ibid., p.301)

Alguns pontos chamam atenção em sua análise: em primeiro lugar, Josué de Castro definitivamente inclui a questão da fome no campo do debate sobre a organização do Estado e da política econômica. Outra característica importante é a recusa à visão neomalthusiana do aumento desproporcional da população, em relação ao crescimento agrícola, como determinante da fome. Como se verá posteriormente, esta é uma de suas principais polêmicas com alguns autores da época. Finalmente, há a incorporação da visão dualista do processo de crescimento econômico do País. A crítica à existência de "dois Brasis", um arcaico e um moderno, é um argumento recorrente em seus escritos. A manutenção de esquemas ultrapassados de exploração da terra, torna-se um sério obstáculo à superação da fome, segundo as análises de Josué de Castro:

O Brasil como país de tipo semicolonial, com sua agricultura semifeudal à base de processos agrícolas arcaicos e de manifesta tendência à monocultura latifundiária, apresenta coeficiente de produção alimentar muito abaixo das necessidades biológicas de suas populações. (Ibid., p 298)

Josué de Castro, como aliás a grande maioria da intelectualidade do País na década de 40, inclusive os setores da esquerda, não percebe a população enquanto agente do processo de mudança da estrutura econômico-social. Para ele, no estado de fome em que o povo se encontra é reduzida a possibilidade de sua organização consciente. A seguinte colocação deixa claro este ponto de vista:

> *A fome leva mais longe seus efeitos destrutivos corroendo a alma da raça, a fibra dos pioneiros lutadores que conseguiram de início vencer a hostilidade do meio geográfico desconhecido tirando-lhes toda a iniciativa, levando-os à apatia e ao conformismo chinês ou à exploração desordenada de rebeldias improdutivas, verdadeiras crises de nervos de populações neurastênicas e avitaminadas.* (Ibid., p.301)

A partir desta interpretação do quadro de fome no País, o escritor propõe algumas "medidas para solucionar o problema". Entre outras, é importante destacar: o aumento de produtividade no campo, tendo a reforma agrária como ponto de partida, o fim dos latifundiários e da monocultura, e a mecanização no campo; o controle da produção, visando a atender as necessidades mínimas e, posteriormente, as necessidades "ótimas" da população; a manutenção de formas de financiamento e preços mínimos para os produtores. A educação da população é incluída em sua análise, mas nunca como possível causa isolada da situação alimentar. As suas proposições no sentido de formar bons hábitos alimentares encontram-se, assim, articuladas às medidas mais amplas de mudança da estrutura econômica.

Deste modo, dentro de um esforço de síntese de análise da produção de Josué de Castro, no período compreendido entre 1930 e 1946, são oportunas algumas considerações. O que permite ao autor abordar, conjuntamente, a alimentação individual e a realidade histórica da nação brasileira é a categoria fome, constituída através do instrumental teórico da geografia. Contudo, ao mesmo tempo em que tal influência possibilita a elaboração da fome como objeto, introduz algumas das ambigüidades e contradições, presentes neste campo do saber e relacionadas, basicamente, à pretensão de articular as ciências naturais e as ciências sociais.

Outras influências podem ser percebidas, na busca da interação entre o biológico e o social. No primeiro recorte temporal proposto para a obra, o cientificismo positivista e o evolucionismo (Herbert Spencer), que marcam os intelectuais desde o início do século até a década de 40 no País, são duas tendências importantes nos primeiros escritos do autor e que se expressam nas relações entre a fome, a eugenia e a evolução social. A sua obra representa, portanto, o diálogo com estas tendências, num momento de redefinição na área da saúde, através do surgimento dos primeiros contornos do chamado "sanitarismo desenvolvimentista", que se torna hegemônico nos anos 50. Este processo, no entanto, não se restringe à área da saúde. O País passa, no pós-30, por uma ampla redefinição política, econômica e social.

O esforço de construir uma nova civilização, através da intervenção planejada do Estado (que caracteriza este processo), tem como idéia-força a promoção da unidade nacional. Neste sentido, Josué de Castro atinge, através da questão da fome, uma dimensão importante do debate: a fome incapacita o homem, física e psicologicamente, impede sua produtividade e basicamente sua integração. Ao localizar na fome – problema provocado pela ação do homem – o maior obstáculo para a transformação da realidade brasileira, Josué de Castro adere à perspectiva marcante no período que será a crença na viabilidade da nação. Ao contrário, portanto, das abordagens dominantes do início do século, que buscavam associar o atraso à mestiçagem ou ao clima tropical, não existem impedimentos "naturais" para que o Brasil adquira um outro patamar de desenvolvimento econômico e social. A fome é, assim, um impedimento não natural ao progresso e cabe, portanto, descrevê-la em sua ação sobre os grupos humanos, sobre as regiões e sobre o País e reduzir seu impacto.

É importante assinalar que o período marca o amadurecimento da obra e pode-se mesmo defini-lo como o de consolidação de uma tendência explicativa. É possível perceber, a partir de *Geografia da Fome* e nos artigos e livros que o autor produz, até a década de 70, deslocamentos e redefinições que desenham novas perspectivas em sua visão da nação, do desenvolvimento e da ciência.

3.

FOME *VERSUS* DESENVOLVIMENTO: (DES)COBRINDO HORIZONTES

A partir das considerações desenvolvidas no capítulo anterior, ao final da década de 40, a produção de Josué de Castro aponta, como idéia básica, a compreensão da fome como um processo intimamente relacionado a um certo perfil histórico de consolidação das estruturas econômicas, políticas e sociais do País. É com esse ponto de vista que o autor constrói sua argumentação, contrapondo uma organização da sociedade geradora da fome e, em outro extremo, um conjunto de transformações da realidade, capaz de emancipar a população da grave situação alimentar em que vive.

Nos anos 50, as noções que retratam os dois pólos são, para o autor, o subdesenvolvimento e o desenvolvimento nacional. O Brasil encontra-se, assim, em um momento decisivo: é necessário romper com o passado colonial e avançar em direção à industrialização e à autonomia, a fim de alcançar o desenvolvimento e acabar com a fome. A interpretação de Josué de Castro, ao voltar-se para o aprofundamento das causas de fome, levanta algumas proposições, plenamente estabelecidas pelo nacional desenvolvimentismo e incorporadas pela área da saúde.

A ideologia do desenvolvimento, hegemônica a partir da Segunda Guerra Mundial, cristaliza a visão da dualidade da sociedade brasileira e enfatiza o intervencionismo estatal na economia, o nacionalismo e o industrialização. Desde os anos 30, estas idéias vinham sendo debatidas e, de alguma forma, incorporadas por pesquisadores, voltados à interpretação da organização econômica e social do da realidade nacional.

No entanto, com o fim do Estado Novo e a política de massas do pós-45,[1] surgem condições novas para a formação de uma aliança entre o proletariado, a média tecnoburocracia e a burguesia industrial. Esta aliança também chamada "pacto populista" é fundamental para a concretização do projeto de desenvolvimento nacional. A idéia do pacto sustenta-se na constatação de que, nesse momento, a inclusão das massas populares na vida política e econômica não traduz um simples processo de manipulação absoluta dos setores populares pelas classes dominantes. Como bem caracteriza Weffort (1986:163):

---

1 Ver Ianni (1988:53-67).

Toda política populista paga um preço pela adesão popular, qualquer que seja a amplitude de sua capacidade de manipulação. Ela deve assumir no plano político responsabilidades com a democratização do Estado e no plano econômico um compromisso com a expansão das possibilidades de consenso, o que impõe no mínimo uma política de crescimento de emprego.

De fato, dentre as dificuldades em torno da manutenção deste pacto, no início da década de 60, destaca-se a crescente mobilização da população no sentido de ampliar suas possibilidades de consumo e participação política.

Assim, em linhas gerais, a temática do desenvolvimento cresce nos anos 50 e atinge seu auge durante o governo de Juscelino Kubistschek. Ao mesmo tempo, esse é, paradoxalmente, o período em que se iniciam as transformações que culminam com a crise da política econômica nacionalista.

Segundo Bresser Pereira (1983), o conjunto de idéias que caracteriza o período – por ele denominado "interpretação nacional-burguesa" – une o Partido Comunista, o Instituto Superior de Estudos Brasileiros (ISEB) e, também, os economistas da Comissão Econômica para a América Latina (CEPAL), órgão vinculado à Organização das Nações Unidas (ONU).

Para o Partido Comunista, que conquista 10% dos votos nas eleições de 45, é importante fortalecer o capitalismo nacional, enquanto etapa para a revolução socialista. Neste sentido, o partido apóia a aliança entre a burguesia industrial e o proletariado, contra as oligarquias e o imperialismo.

O ISEB, criado em 1955 e extinto em 1964 com o golpe militar, foi o principal órgão de divulgação e de construção da legitimação das idéias desenvolvimentistas. O Instituto uniu intelectuais como Roland Corbusier, Alvaro Vieira Pinto, Guerreiro Ramos, Hélio Jaguaribe, Nelson Werneck Sodré, entre outros, e passou por reformulações importantes desde a sua criação. Assim, durante o período inicial de funcionamento do ISEB (1955-1958), ocorre maior ênfase na reflexão teórica mais geral. Entre os anos de 1959 e 1960, com a saída de Hélio Jaguaribe e a direção de Roland Corbusier, veifica-se a busca de teorias aplicadas à realidade brasileira, com uma aproximação maior junto às organizações sindicais e partidos políticos. Finalmente, na sua terceira fase, entre 1960 e 1964, prevalece uma postura militante mais radical em direção às reformas de base.

No entanto, apesar das divergências internas por que passou o ISEB, é válida a afirmação de Jaguaribe (1979:100) sobre a elaboração básica do órgão:

De todos os empreendimentos do ISEB, o que teve maior repercussão pública e se constituiu no âmago da mensagem do Instituto foi a sua proposta de um projeto nacional desenvolvimentista para o Brasil, formulando os delineamentos gerais

desse projeto e tentando mobilizar ideologicamente em torno dele os setores progressistas da burguesia, classe média e do proletariado.

No que diz respeito à CEPAL, para Octavio Ianni, entre 1948 e 1956, a proposta da Comissão tem como eixo as próprias experiências de alguns países da América Latina no período, dentre eles o Brasil. Em linhas gerais, a CEPAL, através de economistas como Raul Prebish (1963), propõe uma nova interpretação sobre as relações entre os países de capitalismo avançado e os países latino-americanos. A ênfase é dada na necessidade de superar a visão dos países periféricos como fornecedores de matérias-primas aos países desenvolvidos e compradores de produtos industrializados. Celso Furtado, no Brasil, vem a ser o principal teórico das teses cepalinas, basicamente em relação à crítica da teoria neoclássica sobre o desenvolvimento e a lei das vantagens comparativas do comércio internacional, segundo Bresser Pereira. Nessa formulação, os países fornecedores de matérias-primas são vistos como os grandes privilegiados nas trocas comerciais com os industrializados.

Na verdade, os teóricos da CEPAL procuram demonstrar que o comércio entre os países periféricos e os países desenvolvidos fundamenta-se num sistema de trocas desiguais. Os preços das matérias-primas são rebaixados pelas economias centrais, enquanto os produtos manufaturados são mantidos em níveis altos. Desta forma, torna-se fundamental, nos países subdesenvolvidos, a substituição desse modelo e a ênfase no crescimento, através da implantação da indústria de base e de bens de consumo duráveis, superando o desequilíbrio da economia e sua principal conseqüência: a miséria.

A penetração destas idéias na área da saúde no Brasil, por meio do chamado "sanitarismo desenvolvimentista", tem como alguns representantes Mário Magalhães da Silveira, Carlos Gentile de Melo e Samuel Pessoa. As interpretações dos sanitaristas desenvolvimentistas têm em comum a visão da saúde como o resultado do progresso econômico. É através do aumento da renda nacional, da superação das desigualdades entre o campo e a cidade, e também da modernização da economia que a doença pode ser debelada, na medida em que não se esgota no organismo doente, mas é decorrência das péssimas condições de alimentação, saneamento, educação, habitação.

Esta abordagem recebe grandes influências de Myrdal,[2] através de seu conceito de "causação circular cumulativa". Para o autor, a miséria e a destituição levam à doença que, por sua vez, implicam a queda da produtividade do trabalho e agrava-

2 Ver MYRDALL, G. Os aspectos econômicos da saúde. *Textos de Apoio*, Pepes/Pepe, n.5, s./d., apud André, M. As contribuições da economia em saúde. In: *As Ciências Sociais em Saúde na América Latina*. Organização Pan-Americana da Saúde/Organização Mundial da Saúde, 1985. p.175-187.

mento do quadro de pobreza. Assim, é necessário atuar, elevando o patamar de desenvolvimento econômico, a fim de reduzir os indicadores de morbidade e mortalidade.

Os sanitaristas da época buscam, assim, aprofundar as relações entre o desenvolvimento econômico e social e o controle das doenças na população. As propostas de intervenção caminham no sentido de romper com os modelos de atenção médica impostos pelos países altamente industrializados e totalmente dissociados da realidade nacional. Por outro lado, os sanitaristas criticam a excessiva ênfase na formação de bons hábitos higiênicos para a prevenção das doenças, privilegiando as próprias condições de existência da população, que criam dificuldades concretas à apreensão destas normas. O planejamento de programas de saúde tem espaço em suas formulações, mas sempre articulado a mudanças mais amplas da organização econômica e social do País (Labra, 1988).

Desse modo, o pensamento de Josué de Castro, como dos demais sanitaristas, identifica-se com a perspectiva nacional desenvolvimentista. Identificação essa que, conforme se constatou anteriormente, já está presente em seu livro *Geografia da Fome* de 1946. Nas sucessivas reedições desta obra e na produção posterior do autor, as teses desenvolvimentistas em relação à fome são aprofundadas. Ainda em 1946, ele passa a dirigir o Instituto Nacional de Nutrição da Universidade do Brasil, com o objetivo não só de formar recursos humanos na área de nutrição, mas também de formular uma política nacional de alimentação.

No ano seguinte, o escritor consolida sua presença no debate internacional sobre o tema, tornando-se membro do Comitê Consultivo Permanente de Nutrição da *Food and Agriculture Organization* (FAO) – órgão da ONU, criado em 1943. Posteriormente, em 1951, Josué de Castro é eleito presidente do Conselho da FAO.

É importante ressaltar que, em 1950, Josué de Castro passa a integrar a política partidária, candidatando-se a deputado federal pelo PTB, por Pernambuco. Nesta sua primeira tentativa, não consegue eleger-se, mas, nas eleições de 1954, obtém sucesso e inicia o mandato de deputado federal que cumpre até o ano de 1962, quando é empossado no cargo de embaixador do Brasil na ONU. O ingresso no PTB marca a participação mais direta na vida política do País, através do partido que teve papel preponderante na manutenção do compromisso político com o nacional desenvolvimentismo.

O impacto da fome

No ano de 1951, Josué de Castro publica *Geopolítica da Fome*. Neste livro,[3] os seus argumentos sobre a incipiente reflexão em torno da fome e sobre a validade da interpretação "geográfica" do problema são revisitados. Entretanto, *Geopolítica da Fome*, ao mesmo tempo que sistematiza e aprofunda algumas elaborações anteriores, aponta novas questões. Assim, interessa ressaltar a discussão travada sobre o impacto da fome, tanto no organismo humano como na vida social.

> *(...) sejam em formas isoladas, sejam associadas, as fomes específicas atuam poderosamente sobre os grupos humanos, marcando o corpo e alma dos indivíduos. A verdade é que nenhum fator do meio ambiente atua sobre o homem de maneira tão dispótica, tão marcante, como o fator alimentação.* (Castro, 1954:94)

Josué de Castro recupera, portanto, a formulação presente desde a obra *O Problema Fisiológico da Alimentação no Brasil*, de 1932, em que a alimentação é visualizada como capaz de alterar o potencial biológico dos indivíduos e, também, a organização social. É, porém, neste último aspecto que o escritor irá aprofundar sua análise.

> *Anulando as outras forças condicionadoras do comportamento humano, a fome desagrega a personalidade, apaga ou mesmo inibe suas relações normais a todas as solicitações do meio ambiente alheias à satisfação do instinto de alimentação. Nesta desintegração mental progressiva, desaparecem as atividades de autoproteção e do controle mental e dá-se finalmente a perda de escrúpulos e das inibições de ordem moral.* (Ibid., p.97)

A idéia básica em torno do impacto da fome é, portanto, esclarecer como, através de mecanismos biológicos desencadeados pela má nutrição, o homem tem a capacidade de intervenção na realidade modificada.

> *No decorrer deste trabalho teremos ocasião de chamar a atenção para certos fenômenos sociais, tais como o do banditismo, do misticismo mórbido de certas áreas do mundo, o das revoluções episódicas de outras áreas, o da prostituição e depravação moral – tudo como conseqüência mais ou menos direta dos efeitos dissolventes da fome aguda sobre o equilíbrio mental e a integridade da pessoa humana.* (Ibid., p.97)

---

3 Castro, J. *Geopolítica da Fome*. 3.ed. Rio de Janeiro: Casa do Estudante do Brasil, 1954. Foi utilizada a 3ª edição de *Geopolítica da Fome*, que, segundo Josué de Castro, no prefácio, permanece sendo uma representação dos mesmos argumentos contidos na edição de 1951, com exceção da análise revista das condições de vida na China, devido à transformação ocorrida com a Revolução, em 1949.

Josué de Castro desenvolve curiosa análise das relações entre a fome e as características mais subjetivas de alguns povos, como é possível perceber na citação a seguir:

> *A tristeza é outro sinal emocional dos povos cronicamente famintos. Não há propriamente raças tristes, como afirmam liricamente certos sociólogos, sem atentar bem no problema. O que há são povos tristes, possuídos pela tristeza, que a fome acarreta (...) A tristeza do índio mexicano, por exemplo, é uma conseqüência de sua alimentação escassa e deficiente à base de milho (...) a decantada alegria e jovialidade do povo francês é, ao contrário, um produto de sua abundância alimentar, do desequilíbrio de sua dieta, em tempos normais.* (Ibid., p.99)

Nas duas últimas citações, Josué de Castro reduz o entendimento da realidade social à configuração da situação alimentar da população. Isto representa uma limitação importante dentro de um enfoque que busca compreender o movimento de interação entre natureza e sociedade. As representações e conflitos que compõem as diversas vivências culturais, tornam-se, assim, uma manifestação da fome.

A fome perde, portanto, a característica de categoria que exprime a relação entre o biológico e o social e apresenta-se como único ou principal determinante biológico da própria realidade. Há, também, nestas colocações, a tendência a compreender os conflitos (banditismo, misticismo, prostituição), enquanto distúrbios que devem ser controlados, a fim de manter a homogeneidade e a ordem.

Na análise do crescimento populacional, percebe-se esta dificuldade na superação de um certo "naturalismo" na obra do autor. Como severo crítico da teoria malthusiana, Josué de Castro propõe uma outra explicação para o aumento da população, relacionada ao problema da fome:

> *Procurando defender a tese de que o aumento das populações do mundo constitui grave perigo para seu equilíbrio econômico, Malthus engendrou a hipótese de que as populações crescem em progressão geométrica e a produção de alimentos em progressão aritmética, resultanto daí o impasse de uma produção irremediavelmente insuficiente para as necessidades das populações. Faltou a teoria de Malthus a necessária base científica.* (Ibid., p.44)

Segundo o escritor, portanto, cientificamente, "Não é a superpopulação que cria e mantém a fome em certas áreas do mundo, mas é a fome que origina a superpopulação" (Ibid., p.55).

Em seguida, Josué de Castro discute os dois mecanismos que, para ele, definem o aumento da fertilidade entre os povos famintos crônicos: o mecanismo de ordem psicológica e outro de ordem fisiológica. O primeiro compreende a exaltação

do instinto sexual, enquanto compensação biológica da impossibilidade de atenuar o outro instinto – o da nutrição. "Neste mecanismo psicológico baseia-se o exagerado sensualismo de certos grupos humanos e de certas classes que vivem em regime de desnutrição crônica" (Ibid., p.100).

Em sua dimensão fisiológica, o aumento da fertilidade acontece na medida em que há carência protéica na dieta. Isto porque, para o autor, as rações com teores elevados de proteína aumentam a esterilidade e retardam a época de fecundação. A carência protéica, ao contrário, provoca uma queda na capacidade de o organismo neutralizar o excesso de estrogênio, o que causa um aumento da fertilidade. Como exemplos da alteração da fertilidade, a partir do nível de proteína na alimentação são citados os baixos índices de natalidade entre as populações da Europa e Estados Unidos e, por outro lado, os altos índices de natalidade na África e América Latina (Castro, 1964:101).

Esta é uma abordagem da questão demográfica presente, também, nos escritos posteriores à década de 60, como se vê no artigo publicado, originalmente, na *Revista Civilitá delle Machine*, de Roma, em 1968.[4]

> *Conhece-se hoje, nos seus permenores, o mecanismo biossocial que correlaciona em sentido inverso os baixos níveis de vida com altos coeficientes de natalidade. Um dos fatores mais atuantes neste mecanismo é o nível deficiente de alimentação principalmente a fome específica de proteínas de alto valor biológico, fome que determina uma fertilidade potencial mais elevada na mulher e uma maior capacidade fecundante no homem, numa palavra, uma capacidade de reprodução mais intensa (...) No fundo é a fome um dos fatores determinantes da superpopulação, acentuando o coeficiente de natalidade e, em consequência o ritmo de expansão demográfica.* (Castro apud A. M. Castro, 1984:34)

Para Taranto (1982), a visão de Josué de Castro, acerca da relação entre fome e superpopulação, deriva de sua formação de médico e o conduz a uma análise parcial e incompleta do problema. O aspecto mais importante dessa crítica diz respeito à dificuldade do escritor em discernir causas sociais e causas biológicas no que se refere ao fenômeno do crescimento da população. Taranto postula uma abordagem mais ampla da questão demográfica, envolvendo não só aspectos culturais, mas também número de gestações, fatores genéticos, duração do aleitamento, índices de mortalidade e morbidade e, ainda, o perfil mais geral das condições de vida e da atenção médica. Em seu estudo, porém, este teórico ressalta o fato de a

---

4 Ver Castro, 1884 (p.28-50).

análise de Josué de Castro ser datada, enfatizando a necessidade de compreender a postura do escritor como uma luta contra as teses neomalthusianas radicais, de William Vogt, nas décadas de 40 e 50.[5]

Josué de Castro (1954:45) recusa a idéia do controle do número de nascimentos como medida eficaz na solução do problema da fome.

> *Os neomalthusianos, ao afirmarem que o mundo vive faminto e está condenado a perecer numa epidemia total de fome porque os homens não controlam de maneira adequada os nascimentos de novos seres humanos, não fazem mais do que atribuir a culpa da fome aos próprios famintos.*

As considerações sobre a concepção de Josué de Castro acerca do impacto das fome traduzem os impasses vividos por ele em sua proposta de desvendar a transcendência do biológico. Ou seja, os limites ficam claros quando o autor aborda a "tristeza dos chineses", o "misticismo no sertão" ou, ainda, o fenômeno do crescimento demográfico. Apesar destas limitações, os escritos do autor possibilitam a ampliação do leque de questões envolvidas em torno da fome. O impacto do problema alimentar, como se verá a seguir, é, portanto, muito mais profundo, envolvendo um novo modelo de desenvolvimento econômico e social.

"Fome e subdesenvolvimento são uma mesma coisa"

Como se assinalou anteriormente, nos anos 50, a noção de desenvolvimento invade o debate nacional, assim como a de construção da nação havia ocupado as interpretações da realidade brasileira, nos anos 20 e 30.

Freqüentemente, as interpretações sobre os escritos do autor detêm-se na análise de sua produção na década de 50, e com isso, esses estudos restringem a trajetória de construção do seu pensamento. Entretanto, esta escolha fundamenta-se, em parte, no extremo vigor com que o tema do desenvolvimento nacional foi incorporado na obra de Josué de Castro. Por outro lado, nesse momento, o autor acirra a crítica às estruturas sociais vigentes e, como se verá adiante, identifica-se com as lutas populares, no contexto anterior ao golpe de 64.

---

5 O autor faz referência ao livro *Road to Survival*, lançado por William Vogt, em 1948, onde há a defesa do controle da natalidade como único meio de superar o esgotamento dos recursos naturais (Taranto (1982). No texto de Josué de Castro "Malthus e o caminho da perdição", publicado no livro *Ensaios de Biologia Social*, em 1957, há uma extensa crítica às teses de Vogt.

A pretensão aqui é a de reconhecer, neste recorte da obra, o conteúdo da formulação do autor, mas, também, as continuidades e, da mesma forma, as rupturas existentes em relação a seus escritos anteriores. Assim, primeiramente, cabe explorar a articulação realizada por ele entre a fome e os principais determinantes do subdesenvolvimento. Ainda em *Geopolítica da Fome*, há uma análise crítica da organização econômica colonial e o levantamento dos principais pontos de estrangulamento no processo de desenvolvimento.

> *A fome reinante nas terras sul-americanas é uma conseqüência direta de seu passado histórico: da história de sua exploração colonial de tipo mercantil, desdobrada em ciclos sucessivos de economia destrutiva ou pelo menos desequilibrante da integridade econômica do continente – o ciclo do ouro, o ciclo do açúcar, o ciclo das pedrarias, o ciclo do café, o ciclo da borracha, o ciclo do petróleo.* (Ibid., p.129)

Em seguida, Josué de Castro ressalta o problema do latifúndio:

> *Intimamente ligado a este tipo de exploração agrícola colonial, visando à produção de gêneros para a exportação, está o fenômeno do latifúndio agrário. Monocultura e latifúndio constituem dois dos males do continente que entravam de maneira terrível seu desenvolvimento agrícola e, conseqüentemente, suas possibilidades de abastecimento alimentar.* (Ibid., p.29)

Em discurso realizado na Câmara, em 11 de julho de 1956,[6] o autor reitera a visão do latifúndio como estrutura improdutiva:

> *(...) o latifúndio é o irmão siamês do arcaísmo técnico. Nessas áreas latifundiárias, se pratica uma agricultura primária, uma protoagricultura, sem assistência técnica, sem adubação, sem a seleção de sementes, sem a mecanização, e pelos processos mais rudimentares, exaurindo a força do pobre sertanejo para produzir menos do que o suficiente para matar sua fome.* (Castro, 1957:100)

O fim do latifúndio e a incorporação dos recursos da técnica moderna são vistos como solução para acelerar a produtividade no campo e reduzir a fome. Como analisa Limoeiro (1978), este foi um dos aspectos mais enfatizados no movimento de "relativização da miséria", o que representou a ideologia do desenvolvimento. Ou seja, subdesenvolvimento não é uma realidade à qual se esteja fatalmente condenado, e o aproveitamento da terra é um dos caminhos possíveis para a reversão do quadro de pobreza e destituição.

---

6 Ver "O desequilíbrio econômico nacional e o problema das secas". Discurso publicado na edição de 1957, do livro *Documentário do Nordeste* (p.93-117).

Josué de Castro percebe o desenvolvimento como uma meta que une os interesses de toda a nação, demarcando como inimigos deste projeto, basicamente, os países imperialistas. A sua análise da Revolução Chinesa e da ascensão de Mao-Tse-Tung, em 1949, espelha esta abordagem.

> *O sucesso da Revolução Comunista na China, a meu ver, é conseqüência de que os objetivos no terreno prático vão ao encontro da mais profunda aspiração daquele povo, a de se libertar da fome, produto da exploração imperialista do solo e do homem daquela região (...) Conclui-se daí que o ascendente prestígio de Mao-Tse-Tung é antes produto de sua identificação com as necessidades mais prementes do povo do que de sua suposta obediência à filosofia marxista e à política de Moscou (...) o que o distingue de outros líderes esquerdistas é que, antes de ser comunista, ele é essencialmente chinês.* (Castro, 1954:204)

Na verdade, a experiência chinesa para Josué de Castro representa a própria concretização de suas idéias em relação à solução da fome. A perspectiva nacionalista da Revolução é destacada pelo autor, como algo acima de tendências filosóficas e partidárias.

> *(...) nós encararemos a realidade da fome sem preconceitos políticos, sem uma idéia preconcebida de qual será a ideologia política apta a resolver o problema. Abandonaremos o estudo da fome como problema humano, como o mais agudo problema de toda humanidade e, portanto, de todos os partidos.* (Ibid., p.209)

O conflito está, acima de tudo, no passado ou na dominação estrangeira. A nação tem a possibilidade de manter-se harmonicamente envolvida com um mesmo interesse: o progresso e, conseqüentemente, o fim da fome. Ao mesmo tempo são ampliados os limites do problema da fome para além dos territórios nacionais. Neste aspecto é importante ressaltar a experiência de Josué de Castro em órgãos internacionais de alimentação e nutrição, como a FAO e a Associação Mundial de Luta Contra a Fome (ASCOFAM).[7]

Após o golpe de 64, o escritor tem os direitos políticos cassados e é exilado, passando a residir na França, onde busca consolidar experiências internacionais de combate à fome. Em 1965, juntamente com cientistas e pesquisadores da temática do desenvolvimento, toma a iniciativa de criar o Centro Internacional de Desenvolvimento. Dentre os depoimentos sobre a vida e a obra de Josué de Castro, no ciclo de estudos promovido pela Academia Pernambucana de Medicina, há menção a esta experiência.[8]

---

7 Sobre a ASCOFAM, ver relato do autor em *O Livro Negro da Fome*. São Paulo: Brasiliense, 1957. p. 79-96.

8 Citado em Ciclo de Estudos sobre Josué de Castro, Academia Pernambucana de Medicina (1983:35). Ver também Universidade do desenvolvimento. *Revista Leitura*, n. 89, p.40, 1984.

Um grupo de homens-força que lideram círculos de influência política e comandam investimentos na Europa, chegou-se à conclusão de que era preciso elaborar uma nova política de desenvolvimento (...) E não vacilaram em investir 14 milhões de dólares unicamente na construção de um gigantesco centro – de convenções – a chamada Cidade de Canisy – a duas horas de Paris, um conjunto de edifícios no mais puro estilo normando, onde iria funcionar desde logo a Universidade do Desenvolvimento.

A fundação tinha como principal objetivo manter uma cooperação internacional em favor dos países subdesenvolvidos e a formação de uma "nova consciência social", capaz de utilizar o "intelecto humano a serviço da humanidade". No entanto, apesar de contar, inicialmente, com o apoio financeiro de países europeus como a França e a Suíça, a experiência pouco tempo depois é abandonada.

Na verdade, a trajetória de Josué de Castro no exílio é marcada pela manutenção de seu prestígio pessoal, mas, também, por uma revisão dos rumos do desenvolvimento econômico mundial e das tentativas mais universalistas de romper com as profundas desigualdades entre países ricos e pobres. Esta revisão inicia-se, ainda, no Brasil de Juscelino Kubitschek, após um amplo apoio ao governo.

Assim, Josué de Castro (1957c:66), no *Livro Negro da Fome*, sintetiza seu ideal de política desenvolvimentista, a partir de uma economia igualitária:

É preciso antes de tudo trabalhar para extirpar do pensamento político contemporâneo esta idéia errônea da economia considerada como um jogo em que alguns devem sempre perder para permitir a outros sempre ganhar. É preciso fazer da economia um instrumento de distribuição equilibrada dos bens da terra, a fim de que em nosso tempo, já não se possa aplicar a esta ciência a definição amarga que lhe dera Karl Marx no século passado, quando falava das ciências das misérias humanas.

O grande responsável pelo progresso econômico equilibrado, o Estado, é representado pelo então presidente Juscelino Kubitschek. No discurso pronunciado na Câmara Federal, a 2 de dezembro de 1955, está clara esta postura:

(...) elogio a coragem cívica do senhor Juscelino Kubitschek. Eu o faço porque considero essa coragem essencial nos países subdesenvolvidos, nos quais a miséria econômica gera a miséria biológica e a miséria biológica gera a miséria social. O medo e a covardia nas regiões subdesenvolvidas, um subproduto da miséria econômica. Precisamos de alguém que tenha coragem de enfrentar o problema e a hora crítica que vivemos multiplica a eficácia dessa coragem (...). (Castro, 1957a:165)

Alguns anos mais tarde, em 1964, porém, Josué de Castro aponta o fracasso do Governo JK na condução das reformas econômicas necessárias.

> *O presidente Juscelino Kubitschek, eleito em 1955 e empolgado pela ideologia desenvolvimentista, concretizou todos os esforços do Governo Federal na tarefa de desenvolvimento, visando a emancipação nacional. Mas confiou esta tarefa a colaboradores altamente comprometidos com a estrutura feudal amparada no capital estrangeiro. O desenvolvimento que se processou, se fez desta forma, de maneira unilateral, limitado regionalmente a um só grupo de atividades: a indústria. Esta política de industrialização intensiva concentrada na região, acentuou desnível nacional.* (Castro, 1967b:196)

A manutenção de dois Brasis, priorizando a industrialização no Sul, representou para o autor a deterioração da situação alimentar:

> *O desnível regional entre a agricultura e a indústria agravou, ainda mais, a fome no País. Não foi casual nem politicamente desinteressada esta opção por uma política preocupada em desenvolver as áreas já desenvolvidas e em enriquecer os grupos já enriquecidos (...) o arcaísmo agrário acabou peiando o crescimento industrial, e nos anos de 1955 em diante seu ritmo começou a cair.* (Ibid., p.197)

Na décima edição de *Geografia da Fome* que considera definitiva, o escritor inclui o subtítulo *O Dilema Brasileiro: Pão ou Aço.* Nesta obra procura analisar a fome enquanto o próprio processo de desenvolvimento brasileiro. Em suas próprias palavras:

> *Este livro foi publicado pela primeira vez em 1946. Nele tentou o autor esboçar um retrato do Brasil de cerca de quinze anos atrás. Do Brasil que era então um País tipicamente subdesenvolvido, com suas características econômicas de tipo colonial, na exclusiva dependência de uns poucos produtos primários de exportação, entre os quais se destacava o café. Ao retratarmos a fome no Brasil, estávamos a evidenciar o seu subdesenvolvimento econômico porque fome e subdesenvolvimento são uma mesma coisa.* (Ibid., p.27)

A manutenção da grave situação de fome, pouco modificada durante estes anos no País, traduz os desvios da rota do desenvolvimento nacional. O governo afasta-se, segundo o autor, de um projeto de crescimento econômico homogêneo, agravando as desigualdades entre os setores agrário e industrial.

Além disso, há a ampliação dos vínculos com as empresas estrangeiras e, conseqüentemente, a internacionalização, cada vez maior, da economia brasileira. Interessa notar que, no Governo Kubitschek, transforma-se a própria visão do papel do capital internacional na economia. Aos poucos, o investimento estrangeiro é

tratado como algo extremamente benéfico para o crescimento do País. Limoeiro (1978:194) destaca esta mudança:

> *A relação com o estrangeiro, crucial na política desenvolvimentista aparece aqui em termos completamente diferente (...) Se o problema é alcançar a prosperidade, e se para isso a colaboração do estrangeiro é necessária, passa a ser contrária ao interesse nacional qualquer oposição ao estrangeiro, que é oposição à sua colaboração.*

A manutenção do desenvolvimento industrial autônomo necessita de mudanças mais profundas na estrutura econômica e política do País e que não são concretizadas. O dilema entre o "pão" e o "aço", a que se refere Josué de Castro, remete ao privilegiamento de alguns setores industriais em detrimento do crescimento do setor agrícola de maneira mais integrada e voltado às necessidades do mercado interno.

O panorama internacional, com o crescente papel que os Estados Unidos assumem na estrutura capitalista mundial, influi nas perspectivas econômicas do cenário brasileiro. Cumpre ressaltar, no entanto, que os interesses americanos não penetram no País apenas no campo econômico. Dentro do contexto de Guerra Fria e após a Revolução Cubana em 1959, a preocupação dos EUA com as tendências esquerdizantes nas políticas internas dos países latino-americanos, inclusive do Brasil, torna-se cada vez maior. Assim, no período compreendido entre o final dos anos 50 e o golpe de 64, e através de um processo permeado de crises e conflitos, ocorre o declínio do nacional-desenvolvimentismo e o fim do pacto populista.

O processo de desestruturação da perspectiva do desenvolvimento autônomo no País é criticado por Josué de Castro, na medida em que este é o caminho por ele vislumbrado para a solução do problema alimentar. No entanto, importa ressaltar o próprio movimento em que o instrumental conceitual das ciências sociais passa a ocupar um lugar cada vez mais central na obra do autor.

O recurso à utilização de categorias oriundas do pensamento econômico e social consolida-se como a única estratégia capaz de garantir a apreensão do fenômeno da fome. Fome e subdesenvolvimento constituem, assim, para o escritor, um mesmo objeto de análise. Trata-se de uma concepção que busca reconhecer o social não como algo externo ao biológico. Existem algumas insuficiências nesta trajetória, que podem ser sintetizadas na tendência determinista que ora sugere o biológico como elemento definidor dos processos mais amplos, ora supõe o social como causa do perfil biológico dos grupos humanos.

Uma outra questão importante a ser enfatizada é que Josué de Castro realiza uma macroanálise da fome e de sua articulação social. O autor propõe o estudo das fomes coletivas, no interior de realidades sociais bastante complexas e, por vezes, extremamente distintas, como se constata em sua reflexão sobre a fome no Brasil e

na China. O contraste entre países desenvolvidos e subdesenvolvidos situa-se em um nível alto de generalidade, negligenciando-se diferenças internas dos países que se mostram qualitativamente importantes. A perspectiva de captar a interação entre a natureza e o homem, cunhada no referencial geográfico, é, muitas vezes, prejudicada pela amplitude de sua abordagem e pela justaposição de disciplinas das ciências naturais e das ciências sociais.

Contudo, ao delimitar a fome como uma questão presa ao perfil de desenvolvimento econômico e social, o escritor contribuiu para a ruptura da visão do problema alimentar como individual, ou passível de ser contornado com medidas assistencialistas ou educativas.

A nação na transformação do quadro de fome

A nação, nos primeiros escritos de Josué de Castro, representa um projeto para o futuro cuja concretização vincula-se à superação da da carência alimentar. A fome, e não a raça, inferioriza o povo e impede a ação consciente. No desenvolvimento da obra, percebe-se a permanência desta visão da fome como explicação do banditismo ou de revoltas populares. No entanto, ocorrem também alguns deslocamentos, fruto da própria interação do seu pensamento com as novas exigências históricas que se colocam no País. O declínio das concepções racistas que, em última análise, negavam a possibilidade de construção da nação brasileira e a própria emergência do proletariado, como segmento importante na economia e também na política, vão redimensionar o modo de conceber a organização da sociedade.

Os movimentos sociais que surgem no panorama mundial, nos anos 50 e 60, também têm influência no surgimento de novas abordagens sobre o papel na transformação das relações sociais. Na obra de Josué de Castro, os deslocamentos no sentido de reconhecer o papel da mobilização da população surgem, principalmente, em sua análise da Revolução Chinesa e, também, das Ligas Camponesas no Nordeste brasileiro.

> *São numerosos os depoimentos de toda a natureza que mostram como o povo chinês sofria de todas as formas de fome a que o homem pode ser submetido. Se a fome crônica permanente, produto da monotonia e da escassez de alimentos, sem as espetaculares fomes agudas, as grandes eplbid.ias de fome que se seguiam aos cataclismos naturais ou sociais (...) Foi a fome – a tomada de consciência coletiva de sua realidade como produto da injustiça social – que impeliu com decisão e violência o povo chinês à aventura da revolução comunista.* (Castro, 1957c:32)

Nesta abordagem, ao contrário das "revoltas improdutivas", a fome contribui para mudanças qualitativamente importantes da realidade. A própria transformação do perfil alimentar, que ocorre com a revolução chinesa, é valorizada pelo escritor:

> *Antes da revolução, a base da alimentação eram os cereais duros (...) no inverno a dieta se compunha apenas de batata e chá (...) Hoje a dieta apresenta não só um sensível aumento do volume de cereais consumidos (...) a carne de porco e os ovos passam a fazer parte da dieta habitual.* (Ibid., p.36)

Na análise do processo de formação das Ligas Camponesas, sob a liderança de Francisco Julião, Josué de Castro (1967:31) revela, também, a tomada de consciência da população, a partir das condições de vida e alimentação:

> *Foi tratando dos problemas da morte que os camponeses do Engenho da Galiléia abriram seus olhos para a vida. E viram melhor e melhor, compreenderam as injustiças da vida e quais eram os autores destas injustiças. Era a tomada de consciência de sua realidade social, fenômeno que vem ocorrendo em nossos dias por todo o mundo chamado subdesenvolvido – mundo escravizado e espoliado – e que naquele dia se cristalizava como uma força nova na sociedade fechada e primitiva dos moradores do Engenho da Galiléia.*

A repercussão do movimento, principalmente nos EUA, recebe uma avaliação crítica do autor:

> *(...) as Ligas foram criando raízes, projetando, à sombra de suas verdes esperanças e suas regras, ameaças pelo País inteiro. Falava-se delas como se fosse o próprio Apocalipse e de Julião como se fosse o anticristo. Foi neste momento que os Estados Unidos da América redescobriram o Nordeste (...) Este estranho mundo que parecia uma nova Cuba em formação: a Cuba continental.* (Ibid., p.34)

Sem dúvida, num dos momentos críticos da ofensiva americana contra o avanço comunista no mundo e, principalmente, na América Latina, após a revolução cubana, Josué de Castro assume o amplo apoio às reformas sociais mais profundas que, em última análise, estavam na pauta dos movimentos de esquerda. A reforma agrária é destacada como o caminho mais eficaz para a ruptura do quadro de fome. No entanto, como foi abordado anteriormente, o autor não vê a transformação social, segundo as concepções veiculadas pelo Partido Comunista. Na verdade, a mudança para ele, necessária e urgente, é guiada, sobretudo, por valores humanitários, acima das diferenças ideológicas e culturais.

> *(...) se aliaram as Ligas aos comunistas, na luta comum pela emancipação da massa camponesa, não quer isto dizer que sua inspiração, brotara da doutrina de Marx ou*

da ação política de Lenin ou de Fidel Castro, mas na experiência vivida e sofrida por essa massa humana em sua luta desigual por um mínimo de aspiração em face do máximo de resistência de seus opressores feudais. (Ibid., p.36)

Contudo, Josué de Castro relativiza a tomada de consciência da população, a partir da situação de fome e destituição em que vive. É necessário uma instância para organizar e canalizar esta experiência no sentido da concretização da mudança. Esta é, inclusive, uma das importantes diferenças, por exemplo, entre os rumos da Revolução Chinesa e do movimento das Ligas Camponesas no Brasil. Em suas palavras:

(...) as Ligas Camponesas nunca alcançaram uma importância política destacada: uma estruturação funcional e uma liderança suficientemente vigorosa para desencadearem um verdadeiro processo revolucionário. (Ibid., p.36)

Em contraste, portanto, com a realidade da China de Mao-Tse-Tung:

Grande parte do segredo desse milagre deve-se à forma como foi dirigido esse movimento de massa e como foi despertada a consciência coletiva para que ele respaldasse as iniciativas preconizadas pelo governo. Logo que se implantou o novo regime, começou o governo a atuar, visando metas definidas e não agindo ao sabor das improvisações. (Castro, 1957c:37)

Na verdade, a radicalização dos conflitos e as lutas sociais são recusadas, enquanto estratégia para a superação da fome. O caminho revolucionário não está presente nas proposições do autor. A paz e o equilíbrio constituem os elementos que devem permanecer na transformação da ordem econômica, geradora da fome.

(...) vivemos atualmente num mundo que é um organismo vivo, unitário, onde todas as partes estão indissoluvelmente ligadas, o que significa que, desde que uma dessas partes sofra de fome e esteja ameaçada de morrer e apodrecer, na miséria, todo o organismo está ameaçado pela mesma infecção. (Castro, 1967:59)

É a partir desta constatação, ou seja, da necessidade de compreender a fome como uma questão supranacional, que Josué de Castro vislumbra novas alternativas para a superação da miséria.

O papel da ciência

O pensamento de Josué de Castro, na década de 30 e 40, é marcado pela intenção de criar condições para o estudo científico da questão alimentar. Embora o período já assinale um acúmulo de conhecimento produzido sobre as patologias nutricionais, principalmente em seu aspecto bioquímico e fisiológico, o autor contribui, basicamente, para a interpretação da alimentação como uma questão coletiva. A sua análise da alimentação, utilizando o instrumental teórico-metodológico da geografia e a busca de articulação entre as ciências naturais e as ciências sociais, consolida uma leitura mais ampla do problema alimentar.

A abordagem científica proposta pelo escritor enfatiza, desse modo, a investigação da alimentação em sua transcendência e impacto social. A partir dos anos 50, além da ênfase na construção de estudos científicos sobre a fome, destaca também, as opções políticas contidas na dinâmica da prática científica. Em artigo publicado em 1970,[9] o autor demonstra a tendência a analisar criticamente a produção científica e tecnológica:

> *O desenvolvimento tecnológico está cheio de contradições, pois, na verdade, a tecnologia não tem ética não é nem boa nem má e pode portanto ser utilizada para o bem e para o mal – para fazer progredir ou para impedir o progresso. Até hoje a tecnologia trabalhou muito mais contra o desenvolvimento do terceiro mundo do que a seu favor.*

No mesmo artigo, conclui:

> *É preciso não esquecer que a ciência não é sabedoria. A ciência é o conhecimento. A sabedoria implica conhecimento e juízo. E sobre este ponto – o do juízo de valores – estamos muito longe de possuir uma idéia clara das hierarquias e fatores a serem acionados para construir uma estratégia global do desenvolvimento que não separe o econômico do humano, mas, pelo contrário, considere o homem, os grupos humanos, toda a humanidade com objetivo final do desenvolvimento.* (p.90)

Por meio deste referencial analítico, o escritor contrapõe-se a um dos mitos que perdurariam no debate sobre a fome, qual seja o do aumento da produção de alimentos como recurso eficaz para a solução do problema. No livro *Geopolítica da Fome*, esta questão é apontada:

---

9 CASTRO, J. Estratégia do desenvolvimento. In: *Fome, um Tema Proibido*, op. cit., p.90.

A verdade é que não basta produzir alimentos lançando mão de todas as técnicas disponíveis, é preciso que esses alimentos possam ser adquiridos e consumidos pelos grupos humanos que deles necessitam, isto porque, se não se proceder a adequada distribuição e expansão dos correspondentes níveis de consumo, logo se formarão os excedentes agrícolas, criando-se o grave problema da superprodução ao lado do subconsumo. (Castro, 1954:337)

Interessa notar que, neste trecho, além de relativizar o alcance da técnica, Josué de Castro redefine a questão do aumento da produtividade presente em seus primeiros escritos. À necessidade de garantir a elevação da produção para a superação da fome, o autor agrega, também, a indispensabilidade de promover a distribuição da riqueza produzida. "Dentro destas contingências políticas, o problema da vitória contra a fome ultrapassa os limites da capacidade dos homens, da ciência e dos técnicos" (Ibid., p.339).

Neste sentido, para o escritor, a ciência tem sido conduzida por critérios políticos e econômicos que não priorizam as questões humanas mais fundamentais. O trecho a seguir, extraído do artigo *A função social da ciência*, publicado no livro *Ensaios de Biologia Social*, enfatiza esse aspecto:

É preciso não esquecer que os homens de ciência só podem trabalhar se são pagos para este fim, desde que, embora sejam cientistas ou sábios, eles comem, vestem e têm família como o comum dos mortais. Acontece que estes cientistas só encontram pagamento quando os seus trabalhos são do interesse de alguém: a indústria, o particular e o Estado. Ora, neste último século de cultura ocidental, o Estado, as instituições e os patrões desviaram seus interesses para os problemas de exploração econômica, problemas de produção e de criação de riquezas, desinteressando-se em geral pelos problemas humanos, quase só vendo o homem como máquina de produção, como uma engrenagem de seu economismo técnico. (Castro, 1957a:141)

Além de uma revisão crítica do alcance da ciência, Josué de Castro introduz, também, uma visão do Estado como espaço de contradições, ou seja, permeado por interesses outros que não apenas o "interesse geral" da população.

As descobertas no campo da energia atômica são rapidamente aplicadas na destruição do mundo, mas as descobertas que conduzem à salvação se arrastam num marasmo sem explicação. Alguma coisa precisa mudar para que possamos afirmar que vivemos numa era científica. Por enquanto, a ciência tem sido apenas um mito – o novo mito no qual se concentram as mais ardentes esperanças de uma grande parte da humanidade. (Ibid., p.143)

Há, portanto, o reconhecimento da influência de interesses e de valores no processo de produção científica e, também, uma revisão da idéia de subordinação da ciência à objetividade dos fatos. A compreensão científica da fome transcende o nível descritivo e técnico e envolve a adesão a uma perspectiva de "emancipação humana", ultrapassando, portanto, o investimento em medidas unilaterais.

A incorporação, nos anos 30, do cientificismo positivista em seu pensamento e a ênfase na neutralidade perante os fatos dão corpo a um discurso em que a ciência da alimentação é uma questão acima das diferenças em relação à concepção de mundo. A situação alimentar precária da população deve ser transformada porque, racionalmente, este é um impedimento à construção da nação. Cabe demonstrar a relação entre a carência de nutrientes e a formação do homem e, neste movimento, aprofundar a interação entre o biológico e o social. Os governos verdadeiramente científicos, utilizando uma expressão do autor, representam a ação estatal que visa a solucionar o problema alimentar, por ser este um obstáculo ao crescimento e ao progresso do País.

Nos anos 50, principalmente a partir da crise do nacional-desenvolvimentismo e, após passar por inúmeros órgãos científicos tanto nacionais como estrangeiros, o autor sugere a existência de maiores contradições no combate a fome e enfatiza ainda mais a necessidade de uma tomada de posição ante a questão científica. Neste aspecto é importante reproduzir trecho do discurso proferido por ele, em 1955, ao deixar a presidência da FAO:

> *Longe de mim menosprezar a obra realizada pela FAO mas desejo dizer, com toda a sinceridade (...) que me sinto decepcionado diante da obra que realizamos. Decepcionado pelo que fizemos porque, a meu ver, não elaboramos, até hoje uma política de alimentação realista que ponha em linha de conta, ao mesmo tempo as desesperadas necessidades do mundo e nossos objetos. Não fomos suficientemente ousados, não tivemos a coragem suficiente para encarar, de frente, o problema e buscar as suas soluções. Apenas afloramos a sua superfície, sem penetrar em sua essência, sem querer, na verdade, resolvê-lo, por falta de coragem de desagradar a alguns. Precisamos, a meu ver, ter a coragem de discordar de certas opiniões para aceitarmos a imposição das circunstâncias, resolvendo o problema no interesse da humanidade.* (Castro, 1967:55)

A ciência, para Josué de Castro, pode inclusive dificultar a compreensão de problemas multidisciplinares como o da fome.

> *A verdade é que há também um fanatismo científico que se apresenta muitas vezes com agressiva ferocidade: o fanatismo do cientificismo estreito, detentor de verdades parciais e sempre temeroso de toda a aventura da inteligência que possa alterar a disposição clássica e a estrutura do quadro geral do mundo, vindo a*

mudar o efeito dos encaixes onde cabiam primitivamente os seus pedacinhos de verdade. (Ibid., p.118)

Em outro trecho do artigo *A função social das universidades*, o autor acrescenta:

O tremendo impacto do progresso científico acabou por fragmentar a cultura, por pulverizá-la em pequenos grãos de saber. Cada especialista da ciência, agarrando-se com unhas e dentes ao seu grão de areia, virando-o e revirando-o sob a potente lente do seu microscópio, para penetrar o seu microcosmo, com uma famosa indiferença e uma maciça ignorância por tudo mais que se passa em derredor. (Castro, 1967a:121)

A crítica à fragmentação do saber é extremamente vigorosa no pensamento de Josué de Castro. Em sua concepção da formação de recursos humanos em nutrição, por exemplo, o autor tem a perspectiva de consolidar uma área temática, necessariamente, multidisciplinar. A organização do curso de nutrição, proposto pelo Instituto Nacional de Nutrição e idealizado e dirigido por Josué de Castro, em 1946, evidencia esta abordagem. O curso é composto de seções de Patologia da Nutrição, Educação Alimentar, Pesquisas Biológicas e Pesquisas Sociais.

Neste enfoque, a atividade científica no campo da alimentação, para ser eficaz na solução da fome, não pode prescindir da adesão à luta pela igualdade e da perspectiva multidisciplinar.

O desenvolvimento do homem

A questão do desenvolvimento assume um lugar central nas formulações de Josué de Castro. Como se observou nas considerações realizadas até aqui, este é um conceito-chave tanto na elaboração do autor acerca do surgimento e da manutenção da fome, como também no que se refere às perspectivas de solução do problema alimentar. No entanto, cabe discutir mais cuidadosamente a sua visão sobre o processo de desenvolvimento.

Algumas interpretações sobre a obra, identificadas na introdução a este estudo, sugerem que o autor tem, especialmente, sua atenção voltada para as características econômicas do processo de desenvolvimento ou, ainda, para a interdependência entre fatores econômicos, biológicos e sociais, utilizando, neste sentido, basicamente, o paradigma da causação circular. Sem dúvida, Josué de Castro recebe a influência da teoria e das obras de Guinar Myrdall e Ragnar Nurkse, teóricos fundamentais para a compreensão desta tendência explicativa. No livro *Sete Palmos da Terra e um*

Caixão, é possível extrair uma das referências que o escritor faz a esta matriz de pensamento:

> *Uma constelação de fatores negativos atuam de tal forma imbricados, que os grupos pobres ficam cada vez mais pobres, enquanto, os ricos cada vez enriquecem mais. É a mesma noção do chamado círculo vicioso da pobreza de Nurkse, no qual a fome e a pobreza, agindo e reagindo como dois fatores de ação cumulativa, fazem com que os famintos não possam comer porque não são capazes de produzir e não produzem porque são famintos.* (Castro, 1967b:27)

No entanto, além desta influência, a abordagem do escritor sobre o desenvolvimento e o subdesenvolvimento comporta uma leitura mais ampla. Em um trecho do livro *Geopolítica da Fome*, Josué de Castro (1954:340) já sinaliza os riscos de pensar a dinâmica do desenvolvimento, a partir da questão da produtividade econômica: "É sem dúvida a produtividade, o ponto-chave do problema, mas, para isso deve ser encarada em termos de economia humanista."

O autor inicia uma discussão que seria retomada, principalmente, em seus últimos escritos na década de 60 e início dos anos 70:

> *(...) faz-se necessária a estruturação de uma nova teoria científica do desenvolvimento econômico nos países subdesenvolvidos para ser posta a prova no campo da realidade social. Deverá esta nova teoria integrar a economia aos fatores humanos, de forma a fazer do desenvolvimento econômico o meio de proporcionar a todos não só os bens de necessidade que lhes fazem falta, mas também os bens de dignidade que suas consciências reclamam.* (Castro, 1957c:60)

Josué de Castro localiza a alimentação dentre as prioridades do desenvolvimento humano: "É que a alimentação é a primeira necessidade vital e é por ela que se deve naturalmente começar o trabalho de reabilitação chamado com propriedade pelo economista Joseph Lebret a elevação humana" (Ibid., p.60).

Como ressalta Anna Maria de Castro, Joseph Lebret foi o fundador do Centro de Estudos de Economia e Humanismo e autor de trabalhos como *Suicide ou Survie de l'Occident*, de 1958, que focalizam a realidade dos países subdesenvolvidos e da experiência vivida pela população. As suas idéias, segundo a pesquisadora, buscaram conjugar a questão econômica ao bem-estar:

> *O investimento social, responde assim a necessidade de não limitar o esforço da política e a atenção dos teóricos apenas ao capital e suas necessidades de expansão (...) a mensuração ou quantificação do desenvolvimento deverá estar ligada as condições de vida da população, que se refere ao consumo de calorias,*

de proteínas, do espaço ocupado para alojamento, aos metros de tecido consumidos, ao número de caixas d'água construídas. (Castro, A. M., 1977:73)

A discussão das teses econômicas e a problematização da questão do bem-estar ultrapassam os limites deste estudo. Contudo, é importante enfatizar que a obra de Josué de Castro afasta-se do pensamento econômico liberal ortodoxo e privilegia, basicamente, o crescimento da produção, aliado ao aumento do consumo e à distribuição de renda.

Formou-se o mito da riqueza, ou melhor do crescimento da riqueza (...) maximizando a produtividade da mão-de-obra e do capital, chegar-se-ia a promover a generalização do progresso e da riqueza. Esta distribuição da riqueza far-se-ia automaticamente por esta força que Adam Smith chamava a 'mão invisível' que, numa economia liberal do laissez-faire *se ocuparia de promover o equilíbrio econômico do mundo. (Castro, 1984b:88)*

Para o escritor, o argumento liberal da distribuição da riqueza como um processo natural, guiado pelo próprio mercado, e a pobreza como algo limitado àqueles grupos incapazes de garantir sua inserção, é uma falácia. "A *'mão invisível'* nunca agiu no interesse da humanidade e a mão visível dos grupos dominantes e privilegiados sempre monopolizou os benefícios, deixando na miséria, desamparadas, as grandes massas marginalizadas" (Ibid., p.88).

Neste sentido, a alimentação não requer soluções assistencialistas e, portanto, estas medidas não têm destaque em sua obra, sobretudo quando representam ações isoladas. Para Josué de Castro, trata-se de encontrar formas de execução de uma política econômica com caráter redistributivo e que minimize as desigualdades sociais. O crescimento econômico, por si só, não garante a melhoria dos níveis de vida da população. Apesar de a manutenção de baixos índices de produtividade constituir um sério obstáculo à transformação do quadro de fome, é necessário, sobretudo, a permanência de mecanismos claros de intervenção na economia que se reflitam no acesso da população aos bens produzidos. Para ele, a força motriz deste processo de crescimento econômico com impacto positivo nas condições de vida é o compromisso com os valores humanos.

Na concepção de Josué de Castro, portanto, o capitalismo e o bem-estar não são incompatíveis. É possível, ao contrário da visão marxista ortodoxa, conciliar a melhoria das condições de vida e a acumulação capitalista. Esta conciliação, porém, não constitui um movimento natural. O autor percebe um conflito na relação entre capitalismo e acesso da população a uma melhor qualidade de vida. No entanto, a solução deste conflito na obra está na transformação da consciência humana, em direção a uma concepção universalista, em que o homem é o objetivo final do desenvolvimento.

Neste sentido, se, entre os anos 30 e 40, os escritos mostram a ênfase no aumento da produtividade, através da melhoria do estado nutricional como o caminho para o bem-estar, nos textos posteriores é importante relativizar esta tendência de análise. A partir de evidências empíricas demonstrando que a elevação da produtividade econômica não se traduz em reversão do quadro de fome, Josué de Castro (1984:102) privilegia de forma crescente a transformação, mediante uma visão mais ampla de desenvolvimento, rompendo, portanto, com a perspectiva de causação circular.

> *(...) falso é o conceito de desenvolvimento avaliado unicamente a base da expansão da riqueza material do crescimento econômico. O desenvolvimento implica mudanças sociais sucessivas e profundas, que acompanham inevitavelmente as transformações tecnológicas do contorno natural. O conceito de desenvolvimento não é meramente quantitativo, mas compreende os aspectos qualitativos dos grupos a que concerne. Crescer é uma coisa; desenvolver outra. Crescer é, em linhas gerais, fácil. Desenvolver equilibradamente, difícil. Tão difícil que nenhum país do mundo conseguiu ainda. Desta perspectiva, o mundo todo continua mais ou menos subdesenvolvido.* (Ibid., p.102)

Em linhas gerais, o pensamento de Josué de Castro, neste período, revela o esforço no sentido de reorganizar teoricamente a abordagem sobre a fome e o desenvolvimento, frente a um contexto histórico social diferenciado em relação aos anos 30 e 40. Na realidade, esta trajetória significou, para ele, repensar algumas de suas posições como a neutralidade científica, a total ausência das massas no cenário de luta contra a fome ou, ainda, a produtividade como eixo do desenvolvimento.

A perspectiva inicial de romper com a visão atomista do problema alimentar, integrando-o na relação entre homem e meio ambiente, permanece enquanto base de seu estudo científico. Assim, o desenvolvimento do homem acaba por se tornar a própria síntese de seu enfoque ampliado e multidisciplinar sobre a fome.

CONCLUSÃO

A obra de Josué de Castro ultrapassa a visão mecanicista em relação à causalidade no processo saúde-doença. Ao problematizar a autonomia entre as dimensões biológica e social, o autor contribui para o alargamento do campo de investigações em saúde, incorporando ao estudo de enzimas, de nutrientes e de alterações morfológicas o debate em torno da integração social e das instituições políticas de bem-estar.

Esta análise não pode ser entendida como reflexo das transformações sociais que perpassam o período de produção da obra. As mudanças históricas não impõem rigidamente ao pensamento os objetos e os limites de sua formulação. Na verdade, a fome na produção intelectual do escritor é o resultado de um confronto com a realidade histórica, onde o texto e as condições sociais são transformadas.

A interpretação do pensamento do autor, realizada neste estudo, buscou compreender esse processo. Trata-se de uma das leituras possíveis, o que significa reconhecer a existência de outras abordagens sobre a obra. A possibilidade de novas interpretações garante a força dos textos de Josué de Castro. Neste sentido, a obra permanece viva, exigindo a crítica e o debate. No contexto atual de crescimento da pobreza, da miséria e, também, de crise e precariedade dos vínculos sociais, parece ser oportuno resgatar as abordagens comprometidas com a investigação empírica e teórica em torno da fome e das estratégias políticas, voltadas para a redução de seu impacto. No âmbito do projeto higienista dos anos 30 e da consolidação da saúde pública, o escritor formula a questão alimentar, sobretudo, como problema eugênico. Assim, por meio da alimentação adequada, é possível valorizar a raça, construir o homem brasileiro, formar uma nação.

A partir de um amplo esforço para delimitar cientificamente a alimentação, utilizando neste percurso as conquistas da bioquímica e da fisiologia, Josué de Castro busca articular o problema alimentar às mais prementes questões nacionais. Descreve a fome na população, investigando o consumo de alimentos entre as famílias dos trabalhadores e, também, introduz suas primeiras propostas para solucionar o problema. No contexto político e social do primeiro Governo Vargas, o pensamento do escritor ganha espaço como a "via alimentar" para a construção do trabalhador brasileiro e contribui, assim, para a inserção do tema na agenda pública.

A crescente influência da geografia em suas análises tem como conseqüência o aprofundamento da compreensão do fenômeno da fome, enquanto interação entre

o homem e a natureza. Assim, embora Josué de Castro contribua para a definição de uma disciplina específica – a nutrição – , há a perspectiva de superar demarcações rígidas entre os diferentes campos do saber. O conhecimento da fome – realidade coletiva e experiência ao mesmo tempo biológica e social – é, necessariamente, multidisciplinar, envolvendo a antropologia, a biologia, a fisiologia, a sociologia ou, nas palavras do autor, uma abordagem de natureza ecológica. O seu pensamento, no entanto, não é imune à tendência de naturalização dos processos sociais. Este será um permanente conflito na interpretação de Josué de Castro. *Geografia da Fome* expressa este dilema e, talvez, exatamente por isso, represente um marco na sua produção acadêmica. Na verdade, o autor enfrenta, enquanto intelectual e ator político, as contradições de seu tempo e busca, no livro, entender o fenômeno da miséria e da fome para além dos aspectos puramente descritivos. Neste esforço há um protesto contra a fragmentação da realidade e um apelo no sentido de criar um novo modelo de interpretação da fome, privilegiando as conexões e interdependências de um objeto multifacetado. Ao estudar os padrões hierárquicos, as formas culturais e a multiplicidade de sentidos, envolvidos na prática alimentar, Josué de Castro valoriza uma perspectiva reflexiva interdisciplinar na área da saúde. Os riscos da tentativa de fazer dialogar diversos saberes estão presentes no livro, evidenciando o mérito de um autor preocupado em romper dualidades e compreender processos de interação.

Ao final da década de 40, e nos anos 50, no bojo do movimento "sanitarista-desenvolvimentista", o escritor elege a fome como a expressão do subdesenvolvimento. Isto, porém, não significa conceber o problema alimentar como um fenômeno biológico determinado pelos processos sociais mais amplos. Embora seja nítido o privilegiamento das condições econômicas e sociais do País na manutenção do quadro alimentar, é possível perceber uma rede de mediações entre as dimensões biológica e social da fome.

A fome na obra de Josué de Castro é, portanto, um tema que exige o diálogo e, desta forma, defronta-se com a profunda complexidade que envolve a articulação dos diferentes campos do saber. A utilização pelo autor do instrumental teórico-metodológico da geografia espelha a preocupação de buscar uma "região" do conhecimento onde esta articulação encontra-se problematizada.

Como desdobramento destas reflexões, é possível localizar a obra de Josué de Castro na fronteira entre a saúde pública, estruturada em um modelo naturalista, e a perspectiva de superar este caminho explicativo, através da relativização da determinação biológica e de uma visão mais ampla da saúde. Este processo é marcado, muitas vezes, pela convivência, ainda que conflituosa, de ambas as tendências analíticas. Com isso, emergem ambigüidades que, contudo, não são entendidas aqui como erro, mas como demonstração dos avanços e recuos que, invariavelmente, se colocam na construção do conhecimento.

Neste sentido, Josué de Castro é uma referência importante para uma aproximação com o debate histórico em torno da fome e da miséria no Brasil. Hoje, o tema é reinscrito no cenário nacional sob novas abordagens e perspectivas. Assim, se nos anos 40 e 50 a carência alimentar é um obstáculo ao desenvolvimento e, desta forma, compõe de forma privilegiada a agenda do Estado; nos anos 90 ela vai operar no sentido de criar de um consenso na cooperação e na solidariedade social. Há, portanto, um deslocamento não só em relação a fome, como também no que se refere ao papel do Estado e da sociedade civil. Em que medida este movimento expressa ruptura e reorientação no tratamento e na concepção da pobreza, sem dúvida é algo a detalhar empírica e teoricamente. Ou seja, é importante explorar em que medida o recurso à idéia da fome no Brasil contemporâneo pode forjar uma obrigação moral e também uma prioridade pública. O esforço de Josué de Castro em estudar a realidade nacional e criar novas possibilidades interpretativas, sem abdicar da busca de alternativas concretas para o enfrentamento da miséria e da exclusão, segue, portanto, como exemplo de compromisso público e abrangência intelectual.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ACADEMIA PERNAMBUCANA DE MEDICINA. Ciclo de estudos Josué de Castro. In: *Depoimentos*. Recife: Ed. Universitária, Universidade Federal de Pernambuco, 1983.

ALENCASTRO L. F. A pré-revolução de 30. *Novos Estudos Cebrap*, 18, set.1987.

ALMEIDA, M. H. T. *Estado e Classes Trabalhadoras no Brasil – 1930/1945*, 1978. Tese de Doutorado, São Paulo: Universidade de São Paulo.

ANDRADE, M. C. *Caminhos e Descaminhos da Geografia*. São Paulo: Papirus, 1989.

AVELINO FILHO, G. As raízes de raízes do Brasil. *Novos Estudos Cebrap*, 18, set.1987.

BAKHTIN, M. *Marxismo e Filosofia da Linguagem*. São Paulo: Hucitec, 1988.

BOTTOMORE, T. *Dicionário do Pensamento Marxista*. Rio de Janeiro: Zahar, 1988.

BRAGA, J. C. *A Questão da Saúde no Brasil – um Estudo das Políticas Sociais em Saúde Pública e Medicina Previdenciária no Desenvolvimento Capitalista*, 1978, 209p. Dissertação de Mestrado, Campinas: Departamento de Economia e Planejamento Econômico, Universidade de Campinas.

CAMPOS, A. L. V. *A República do Picapau Amarelo*. São Paulo: Martins Fontes, 1986.

CARDOSO, M. L. *Ideologia do Desenvolvimento – Brasil: JK - JQ*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1978.

CASTRO, A. M. *Nutrição e Desenvolvimento – Análise de uma Política*, 1977, 268p. Tese para Concurso de Livre-Docência em Sociologia, Rio de Janeiro: Instituto de Nutrição da Universidade Federal do Rio de Janeiro.

CASTRO, A. M. (Org.) *Fome: Tema Proibido*. Rio de Janeiro: Vozes, 1984.

CASTRO, J. Metabolismo basal e clima. *Revista Médica de Pernambuco, 2,* Recife, 1932a.

CASTRO, J. *O Problema Fisiológico da Alimentação no Brasil*, 1932b. Tese de Livre-Docência em Fisiologia, Pernambuco: Faculdade de Medicina do Recife.

CASTRO, J. *Alimentação e Raça*. São Paulo: Civilização Brasileira, 1936.

CASTRO, J. *Alimentação à Luz da Geografia Humana*. Rio de Janeiro: Globo, 1937a.

CASTRO, J. Condições de vida nas classes operárias do Recife. *Documentário do Nordeste*. Rio de Janeiro: J. Olympio, 1937b, p.75-91.

CASTRO, J. O ciclo do caranguejo. *Documentário do Nordeste*. Rio de Janeiro: J. Olympio, 1937c, p.25-28.

CASTRO, J. *A Fisiologia dos Tabus*. Rio de Janeiro: Ed. Nestlé, 1939a.

CASTRO, J. *Geografia Humana*. Rio de Janeiro: Ed. Globo, 1939b.

CASTRO, J. *O Problema da Alimentação no Brasil – seu Estudo Fisiológico*. 3.ed. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1939c.

CASTRO, J. O serviço técnico da alimentação nacional e os arquivos brasileiros de nutrição. *Arquivos Brasileiros de Nutrição*, 1 (1), maio de 1944. Editorial.

CASTRO, J. *Geografia da Fome*. Rio de Janeiro: O Cruzeiro, 1946.

CASTRO, J. *Fatores de Localização da Cidade do Recife*, 1948. Tese de Concurso à Cátedra de Geografia Humana, Rio de Janeiro: Faculdade Nacional de Filosofia, Universidade do Brasil.

CASTRO, J. et. al. Pesquisas sobre o estado nutritivo de escolares do Distrito Federal. *Trabalhos e Pesquisas* (Instituto de Nutrição). v.II, 1949.

CASTRO, J. *Geopolítica da Fome*. 3.ed. Rio de Janeiro: Casa do Estudante do Brasil, 1954.

CASTRO, J. *Ensaios de Biologia Social*. São Paulo: Brasiliense, 1957a.

CASTRO, J. *Geografia da Fome*. 5.ed. São Paulo: Brasiliense, 1957b.

CASTRO, J. *O Livro Negro da Fome*. São Paulo: Brasiliense, 1957c.

CASTRO, J. *Geografia da Fome*. 10.ed. São Paulo: Brasiliense, 1967a.

CASTRO, J. *Sete Palmos de Terra e um Caixão*. 2.ed. São Paulo: Brasiliense, 1967b.

CASTRO, J. Entrevistas. Aspectos da vida e obra de Josué de Castro. In: SEMANA JOSUÉ DE CASTRO E A NOVA GEOGRAFIA DA FOME. Rio de Janeiro: Fase/Ibase/Família Josué de Castro, 1983.

CASTRO, J. A explosão demográfica e a fome no mundo. Revista Divilità delle Machine, julho-agosto, 1968. In: *Fome, Tema Proibido – Últimos Escritos de Josué de Castro*. Rio de Janeiro: Vozes, 1984b.

CASTRO, J. Estratégia do desenvolvimento. Annals of The New York Academy of Sciences (New York), 1970. In: *Fome, Tema Proibido – Últimos Escritos de Josué de Castro*. Rio de Janeiro: Vozes, 1984c.

CHAUÍ, M. *Conformismo e Resistência*. São Paulo: Brasiliense, 1989.

CHAVES, S. M. S. *Nutricionista e Sociedade Brasileira – Elementos para Abordagem Histórico-Social da Profissão*, 1988, 235p. Dissertação de Mestrado, Bahia: Saúde Comunitária, Universidade Federal da Bahia.

COIMBRA, M. *Comer e Aprender – uma História da Alimentação Escolar no Brasil.* Bahia: Ministério da Educação e Cultura, Instituto Nacional de Alimentação Escolar, 1982.

COSTA, N. R. Estado, educação e saúde: a higiene da vida cotidiana. *Cadernos Cedes, s.n.*, Campinas, 1986.

COUTINHO, R. *Noções de Fisiologia da Nutrição.* Rio de Janeiro: Cultura Médica, 1981.

DÓRIA, C. A. A questão do nacional no ensaísmo brasileiro. *Folha de São Paulo*, São Paulo, 6 out. 1990. Caderno Letras H-4.

FAUSTO, B. Estado, classe trabalhadora e burguesia industrial (1920–1945) – uma revisão. *Novos Estudos Cebrap*, 20, 1988.

FEDERAÇÃO DOS ÓRGÃOS PARA ASSISTÊNCIA SOCIAL E EDUCAÇÃO/INSTITUTO BRASILEIRO DE ANÁLISES SOCIAIS E ECONÔMICAS/Família Josué de Castro. SEMANA JOSUÉ DE CASTRO E A NOVA GEOGRAFIA DA FOME. set. 1983.

FICO, C. *Cidade Capital – Abastecimento e Manifestações Sociais no Rio de Janeiro – 1930/1945*, 1989. Dissertação de Mestrado, Instituto de Ciências Humanas e Filosofia, Universidade Federal Fluminense.

FONSECA, P. C. D. *Vargas: o Capitalismo em Construção.* São Paulo: Brasiliense, 1987.

GOLDMAN, L. *Dialética e Cultura.* Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1979.

HUGHES, J. *A Filosofia da Pesquisa Social.* Rio de Janeiro: Zahar, 1983.

IANNI, O. *Raças e Classes Sociais no Brasil.* 3.ed. São Paulo: Brasiliense, 1987.

IANNI, O. *O Colapso do Populismo no Brasil.* Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1988.

JAGUARIBE, H. Iseb – um breve depoimento e uma apreciação crítica. *Cadernos de Opinião*, 14, out./nov., 1979.

KOSIK, K. *A Dialética do Concreto.* Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1986.

KUHN, T. *A Estrutura das Revoluções Científicas.* Rio de Janeiro: Perspectiva, 1987.

L'ABBATE, S. *Fome e Desnutrição: os Descaminhos da Política Social*, 1982, 203p. Dissertação de Mestrado, São Paulo: Departamento de Ciências Sociais, Universidade de São Paulo.

LABRA, M. E. *O Movimento Sanitarista nos Anos 20*, 1985, 410p. Dissertação de Mestrado, Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas.

LABRA M. E. Estudo das políticas de saúde e estratégias de Reforma Sanitária no Brasil. *Relatório Parcial de Pesquisa*. Rio de Janeiro: Fundação Instituto Oswaldo Cruz/Secretaria de Ciência e Tecnologia – Ministério da Saúde, 1988.

LACOSTE, Y. A Geografia. In: François, C. (Org.) *A Filosofia das Ciências Sociais*. Rio de Janeiro: Zahar, 1981.

LAMOUNIER, B. Formação de um pensamento autoritário na 1ª República – uma interpretação. In: BORIS, F. (Org.) *O Brasil Republicano*. São Paulo: Difel, 1977. Tomo III, v.2.

LINHARES, M. Y. *História do Abastecimento – uma Problemática em Questão 1530–1918*. Brasília: Binafri, 1979.

LINHARES, M. Y. Biografia. In: CASTRO, J. *Geografia da Fome*. 10.ed. Rio de Janeiro: Antares, 1980.

LUZ, M. T. *Natural, Racional e Social*. Rio de Janeiro: Papirus, 1988.

MACHADO, R. *A Danação da Norma*. Rio de Janeiro: Graal, 1978.

MARINS, J. J. N. *A Ciência da Nutrição – Visão a Respeito da Alimentação Infantil na Primeira Metade do Século XX no Brasil*, 1982, 157p. Dissertação de Mestrado, Rio de Janeiro: Instituto de Medicina Social, Universidade do Estado do Rio de Janeiro.

MICELLI, S. *Intelectuais e Classe Dirigente no Brasil 1920–1945*. São Paulo: Difel, 1979.

MINAYO M. C. (Org.) *Raízes da Fome*. Rio de Janeiro: Vozes, 1985.

MINAYO M. C. *O Desafio do Conhecimento – Metodologia de Pesquisa Social (Qualitativa) em Saúde*, 1989, 366p. Tese de Doutorado, Rio de Janeiro: Escola Nacional de Saúde Pública/Fundação Instituto Oswaldo Cruz.

MITCHELL, H. S. et al. *Nutrição*. Rio de Janeiro: Interamericana, 1980.

MOTA, C. G. *Ideologia da Cultura Brasileira*. (1933–1974). São Paulo: Ática, 1977.

MYRDAL, G. O princípio da causação circular e acumulativa. In: *Teoria, Economia e Regiões Subdesenvolvidas*. Rio de Janeiro: Instituto Superior de Estudos Brasileiros, 1960.

NATAL, J. L. A. *A Questão Alimentar Nutricional na Política e Economia (1930–1976) – um Vaivém na Periferia da Agenda Pública*, 1982, 232p. Dissertação de Mestrado, Campinas: Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade de Campinas.

NUNES, E. D. (Org.) *As Ciências Sociais em Saúde na América Latina – Tendências e Perspectivas*. Organização Pan-Americana da Saúde/Organização Mundial da Saúde, 1985.

OLIVEIRA, F. A economia brasileira – crítica à razão dualista. *Estudos Cebrap*, 2, out. 1972.

ORLANDI, E. *Discurso e Leitura*. São Paulo: Cortez, 1988.

PECAUT, D. *Os Intelectuais e a Política no Brasil – entre o Povo e a Nação*. São Paulo: Ática, 1990.

PÊCHEUX, M. *O Discurso – Estrutura ou Acontecimento?* São Paulo: Pontes Editores, 1990.

PEREIRA, B. Seis interpretações sobre o Brasil. Dados, 25(3), 1983.

PREBISCH, R. *Hacia la Dinamica del Desarrollo Econômico de Américas Latinas*. México: Cepal, 1963. (Mimeo.)

ROSEN, G. *A History of Public Health*. 3rd.ed. New York: MD Publications, INC, 1976.

SANTOS, W. G. *Cidadania e Justiça*. 2.ed. Rio de Janeiro: Campus, 1987.

SANTOS, W. G. Raízes da imaginação política brasileira. Dados, 7, 1990.

SCHAFF, A. *História e Verdade*. São Paulo: Martins Fontes, 1987.

SILVA, L. M. S. *Desnutrição e Estrutura Social Brasileira – um Ensaio de Interpretação*, 1979, 219p. Tese de Doutorado, São Paulo: Faculdade de Medicina, Universidade de São Paulo.

TARANTO, G. Societá ed Sottosviluppo nell'opera di Josué de Castro. *Cahiers Internationaux d'Histoire Economique et Sociale* (Geneve), 1982.

TOBELEM, A. *Josué de Castro e a Descoberta da Fome*. Rio de Janeiro: Leitura, 1974.

VASCONCELOS, F. A. G. *Política Social de Alimentação e Nutrição no Brasil*, 1988. Dissertação de Mestrado em Serviço Social, Bahia: Universidade Federal da Bahia.

VIANNA, L. W. *Liberalismo e Sindicato no Brasil*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1976.

VIANNA, O. *Evolução do Povo Brasileiro*. São Paulo: Cia. Editora Nacional, 1933.

WEFFORT, F. *O Populismo na Política Brasileira*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1986.

WOHL, M. G. & GOODHART, R. S. *Modern Nutrition in Health and Disease*. New York: Lea & Febiger, 1968.

OUTROS TÍTULOS DA EDITORA FIOCRUZ EM CATÁLOGO*

- *Estado sem Cidadãos: Seguridade Social na América Latina*. Sônia Fleury, 1994. 249p.
- *Saúde e Povos Indígenas*. Ricardo Santos & Carlos E. A. Coimbra (Orgs.), 1994. 251p.
- *Saúde e Doença: um olhar antropológico*. Paulo César Alves & Maria Cecília de Souza Minayo (Orgs.), 1994. 174p.
- *Principais Mosquitos de Importância Sanitária no Brasil*. Rotraut A. G. B. Consoli & Ricardo Lourenço de Oliveira, 1994. 174p.
- *Filosofia, História e Sociologia das Ciências I: abordagens contemporâneas*. Vera Portocarrero (Org.), 1994. 268p.
- *Psiquiatria Social e Reforma Psiquiátrica*. Paulo Amarante (Org.), 1994. 202p.
- *O Controle da Esquistossomose*. Segundo Relatório do Comitê de Especialistas da OMS, 1994. 110p.
- *Vigilância Alimentar e Nutricional: limitações e interfaces com a rede de saúde*. Inês Rugani R. de Castro, 1995. 108p.
- *Hanseníase: representações sobre a doença*. Lenita B. Lorena Claro, 1995. 110p.
- *Oswaldo Cruz: a construção de um mito na ciência brasileira*. Nara Britto, 1995. 111p.
- *A Responsabilidade pela Saúde: aspectos jurídicos*. Hélio Pereira Dias, 1995. 68p.
- *Sistemas de Saúde: continuidades e mudanças*. Paulo M. Buss & Maria Eliana Labra (Orgs.), 1995. 259p. (co-edição com a Ed. Hucitec).
- *Só Rindo da Saúde*. Catálogo de Exposição Itinerante de mesmo nome, 1995. 52p.
- *A Democracia Inconclusa: um estudo da Reforma Sanitária brasileira*. Silvia Gerschman, 1995. 203p.
- *Atlas Geografico de las Malformaciones Congénitas en Sudamérica*. Maria da Graça Dutra (Org.), 1995. 144p.
- *Ciência e Saúde na Terra dos Bandeirantes: a trajetória do Instituto Pasteur de São Paulo no período 1903-1916*. Luiz Antonio Teixeira, 1995. 187p.
- *Profissões de Saúde: uma abordagem sociológica*. Maria Helena Machado (Org.), 1995. 193p.

---

* por ordem de lançamento/ano.

- *Recursos Humanos em Saúde no Mercosul.* Organização Pan-Americana da Saúde, 1995. 155p.
- *Tópicos em Malacologia Médica.* Frederico Simões Barbosa (Org.), 1995. 314p.
- *Agir Comunicativo e Planejamento Social: uma crítica ao enfoque estratégico.* Francisco Javier Uribe Rivera, 1995. 213p.
- *Metamorfoses do Corpo: uma pedagogia freudiana.* Sherrine Njaine Borges, 1995. 197p.
- *Política de Saúde: o público e o privado.* Catalina Eibenschutz (Org.), 1996. 364p.
- *Formação de Pessoal de Nível Médio para a Saúde: desafios e perspectivas.* Escola Politécnica de Saúde Joaquim Venâncio (Org.), 1996. 222p.
- *Tributo a Vênus: a luta contra a sífilis no Brasil, da passagem do século aos anos 40.* Sérgio Carrara, 1996. 339p.
- *O Homem e a Serpente: outras histórias para a loucura e a psiquiatria.* Paulo Amarante, 1996. 141p.
- *Raça, Ciência e Sociedade.* Ricardo Ventura Santos & Marcos Chor Maio (Orgs.), 1996. 252p. (co-edição com o Centro Cultural Banco do Brasil)
- *Biossegurança: uma abordagem multidisciplinar.* Pedro Teixeira & Silvio Valle (Orgs.), 1996. 364p.
- *VI Conferência Mundial sobre a Mulher.* Série Conferências Mundiais das Nações Unidas, 1996. 352p.
- *Prevención Primaria de los Defectos Congénitos.* Eduardo E. Castilla, Jorge S. Lopez-Camelo, Joaquin E. Paz & Iêda M. Orioli, 1996. 147p.
- *Clínica e Terapêutica da Doença de Chagas: uma abordagem prática para o clínico geral.* João Carlos Pinto Dias & José Rodrigues Coura (Orgs.), 1997. 486p.
- *Do Contágio à Transmissão: ciência e cultura na gênese do conhecimento epidemiológico.* Dina Czeresnia, 1997. 120p.
- *A Endemia Hansênica: uma perspectiva multidisciplinar.* Marcos de Souza Queiroz & Maria Angélica Puntel, 1997. 120p.
- *Avaliação em Saúde: dos modelos conceituais à prática na análise de implantação de programas.* Zulmira Maria de Araújo Hartz (Org.) 131p.
- *A Miragem da Pós-Modernidade: democracia e políticas sociais no contexto da globalização.* Silvia Gerschman & Maria Lucia Werneck Vianna (Orgs.), 1997. 226p.
- *Eqüidade e Saúde: contribuições da Epidemiologia.* Rita Barradas Barata, Maurício Lima Barreto, Naomar de Almeida Filho e Renata P. Veras (Orgs.). Série Epidemiológica, vol. I, co-edição Ed. Fiocruz/Abrasco, 1997. 260p.